

CADERNO II – PLANO DE ACÇÃO

Índice

1.	Enquadramento do Plano.....	5
2.	Modelos de Combustíveis florestais, Cartografia de risco e Prioridades de defesa contra incêndios florestais.....	7
2.1.	Modelos de Combustíveis florestais.....	7
2.2.	Cartografia de Risco de Incêndio Florestal.....	10
2.2.1.	Perigosidade de Incêndio Florestal.....	10
2.2.2.	Risco de Incêndio Florestal.....	15
2.3.	Mapa de Prioridades de Defesa.....	16
3.	Objectivos e Metas do PMDFCI.....	17
3.1.	1.º Eixo Estratégico – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais.....	19
3.1.1.	Rede de faixas de Gestão de Combustível e Mosaicos de parcelas de Gestão de Combustíveis.....	19
3.1.2.	Rede Viária Florestal.....	24
3.1.3.	Rede de Pontos de Água.....	26
3.1.4.	Silvicultura no âmbito da DFCI.....	28
3.1.5.	Construção e Manutenção da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	29
3.1.6.	Regras de edificação – Novas edificações em espaço florestal e espaço rural.....	34
3.1.7.	Metas, Indicadores.....	36
3.2.	2.º Eixo Estratégico – Redução da Incidência dos Incêndios Florestais.....	39
3.2.1.	sensibilização.....	39
3.2.2.	fiscalização.....	41
3.2.3.	Revista Informativa de Óbidos (RIO).....	42
3.2.4.	Voluntariado Jovem.....	43
3.3.	3.º Eixo Estratégico – Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios.....	45
3.3.1.	Vigilância e Detecção.....	45
3.3.2.	1.ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio.....	47
3.3.3.	Meios e Recursos.....	49
3.3.4.	Setores Territoriais de DFCI.....	51
3.3.5.	Metas e Indicadores.....	52
3.3.6.	Orçamentos e responsáveis.....	53
3.4.	4.º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar ecossistemas.....	54
	Estabilização de Emergência.....	54
	Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais.....	55
3.5.	5.º Eixo Estratégico – Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.....	56
	Adopção de estrutura orgânica funcional e eficaz.....	56
	Necessidades de formação.....	57
	Estimativa de orçamento para a implementação do PMDFCI.....	58
	4. Conclusões.....	59
	5. Anexos.....	60

Índice de Tabelas

Tabela 1- Modelo de Combustíveis.....	8
Tabela 2 - Tabela de áreas por modelo de combustível.....	9
Tabela 3 - Valores de referência para a vulnerabilidade e valor económico.....	14
Tabela 4 – Objectivos e Metas do PMDFCI.....	18
Tabela 5 – Tipologias.....	18
Tabela 6 - Áreas por Código/Classe das FGC do Concelho de Óbidos.....	21
Tabela 7 – Rede de FGC/ano do Concelho de Óbidos.....	22
Tabela 8 - Intervenções da Rede Viária Florestal (2018-2027).....	24
Tabela 9 - Rede de Pontos de Água do Concelho de Óbidos.....	26
Tabela 10 - Metas para o decénio 2018-2027.....	33
Tabela 11 - Estimativa orçamental para o decénio 2018-2027.....	37
Tabela 12 - Orçamentos e acções para o decénio 2018-2027.....	43
Tabela 13 – Índice entre os incêndios e as equipas de vigilância, nas diferentes fases de alerta.....	45
Tabela 14 – Índice entre os incêndios, as equipas de primeira intervenção e o número de elementos, nas diferentes fases de alerta.....	47
Tabela 15 – Número de reacendimentos (2002-2017).....	47
Tabela 16 - Entidades envolvidas em cada ação e inventário de viaturas e equipamentos.....	49
Tabela 17 - Descrição da maquinaria.....	50
Tabela 18- Metas e indicadores.....	51
Tabela 19 - Orçamentos e Responsáveis.....	52
Tabela 20 - Necessidades de formação.....	56
Tabela 21- Necessidades de Formação/ano.....	56
Tabela 22 - Reuniões de anuais da CMDFCI.....	58
Tabela 23 - Estimativa de orçamento.....	58

Índice de Mapas

Mapa 1 - Mapa de combustíveis florestais do Concelho de Óbidos.....	9
Mapa 2 - Mapa de perigosidade do Concelho de Óbidos	11
Mapa 3 - Mapa do Risco de Incêndio Florestal do Concelho de Óbidos.....	15
Mapa 4 - Mapa de Prioridades de Defesa do Concelho de Óbidos	16
Mapa 5 - Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis do Concelho de Óbidos	20
Mapa 6 - Mapa de Rede da Rede Viária Florestal do Concelho de Óbidos	23
Mapa 7 - Mapa de Rede de Pontos de Água do Concelho de Óbidos	25
Mapa 8 - Mapa de parcelas de silvicultura no âmbito da DFCI – 2017 do Concelho de Óbidos.....	27
Mapa 9 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2018	28
Mapa 10 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2019	29
Mapa 11 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2020	29
Mapa 12 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2021	30
Mapa 13 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2022	30
Mapa 14 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2023	31
Mapa 15 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2024	31
Mapa 16 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2025	32
Mapa 17 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2026	32
Mapa 18 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2027	33
Mapa 19 - Áreas Prioritárias de Dissuasão e Fiscalização do Concelho de Óbidos	41
Mapa 20 - Mapa da rede de Postos de Vigia e Bacias de Visibilidade	45
Mapa 21 - Mapa das Isócronas do Concelho de Óbidos	46
Mapa 22 - Mapa de Estabilização de Emergência do Concelho de Óbidos	55
Mapa 23 - Mapa de Reabilitação de povoamentos e habitats florestais do Concelho de Óbidos.....	56

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO

Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) são um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, que visam concretizar os objetivos estratégicos definidos e quantificados no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

Tem por missão:

- Definir uma estratégia para a Defesa da Florestas Contra Incêndios,
- Articular coerentemente as diferentes componentes do sistema nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e
- Atribuir papéis e responsabilidades aos agentes do Sistema, prevendo uma distribuição equilibrada dos meios para a resolução do problema e a satisfação dos objetivos estratégicos definidos.

O presente Plano, enquanto PMDFCI, define a política e as medidas para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a médio e a longo prazos, nomeadamente através de planos de prevenção, de sensibilização, de vigilância, de deteção, de supressão, e de coordenação dos meios e agentes envolvidos, para os quais concretiza os objetivos e metas a atingir, a sua calendarização, orçamentação, e respetivos indicadores de execução e de desempenho.

Com base no conhecimento das causas dos incêndios, pretende-se: reduzir o número de incêndios causados por negligência (sensibilização, sinalização, divulgação do risco), reduzir o número de incêndios causados intencionalmente (caça, conflitos entre vizinhos, etc.), reduzir o tempo de intervenção, reduzir a carga combustível nas áreas mais sensíveis, reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais (uso do solo, modelos de silvicultura adequados, gestão florestal ativa).

Todas as acções refletem o proposto no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste, assim como a estratégia distrital definida no Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

No que diz respeito ao enquadramento do PMDFCI no sistema de gestão territorial, é afectado pelo Plano Director Municipal (PDM) que tem por objetivo estabelecer os princípios, orientações e regras a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo no território municipal e definir as normas de gestão urbanística para apoio do desenvolvimento económico e social, compatibilizando as diversas aptidões do concelho.

O território de Óbidos encontra-se, dividido nos seguintes espaços de ordenamento:

Espaços Agrícolas - são espaços com características adequadas ao desenvolvimento das atividades agrícolas ou que as possam vir a adquirir.

Os espaços agrícolas são compostos por:

- a) Áreas da RAN, que incluem os aproveitamentos hidroagrícolas;
- b) Outras áreas RAN;
- c) Outras áreas agrícolas.

Áreas da Reserva Agrícola Nacional que incluem o aproveitamento hidroagrícola

1 — As áreas de aproveitamento hidroagrícola incluem as áreas de regadio da baixa de Óbidos e do bloco da Amoreira e estão sujeitas aos condicionamentos indicados no artigo 8.º deste Regulamento.

2 — Nas áreas dos aproveitamentos hidroagrícolas o regime de uso e alteração do solo é definido pela legislação de fomento hidroagrícola e da RAN.

Outras áreas da Reserva Agrícola Nacional que são o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas e estão delimitadas na planta de condicionantes. O regime de uso e alteração do solo é definido no regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional sendo de 4ha a dimensão da parcela mínima para a construção de habitação.

Outras áreas agrícolas que são os solos com potencialidades agrícolas não abrangidos pela RAN, dominados pela prática da policultura e da silvo-pastorícia. Nas outras áreas agrícolas é interdita qualquer alteração ao uso do solo que diminua as suas potencialidades agrícolas ou silvícolas.

Disposições sobre espaços florestais que são constituídos pelas áreas de vocação florestal e correspondem às áreas destinadas predominantemente ao fomento, exploração e conservação de espécies florestais e outros recursos a elas associados, dentro dos condicionalismos e legislação que as regula.

Disposições sobre espaços naturais que correspondem às áreas nas quais se privilegiam a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos.

- Composição dos espaços naturais e legislação vigente

Os espaços naturais são compostos pelas seguintes áreas:

- 1) Área da REN da faixa costeira, segundo o Decreto Regulamentar n.º 32/93, de 15 de outubro;
- 2) Áreas da REN fora da faixa do Decreto Regulamentar n.º 32/93, de 15 de outubro;
- 3) Áreas de outros valores naturais;
- 4) Áreas de proteção parcial;
- 5) Área de apoio ao remo.

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2.1. Modelos de Combustíveis florestais

Considerando que a ocorrência e propagação de incêndios está diretamente relacionada com o teor de humidade e a carga combustível, fizemos corresponder nosso levantamento do uso e ocupação do solo, com as classes da classificação criada pelo *Northern Forest Fire Laboratory (NFFL)*.

Tabela 1- Modelo de Combustíveis

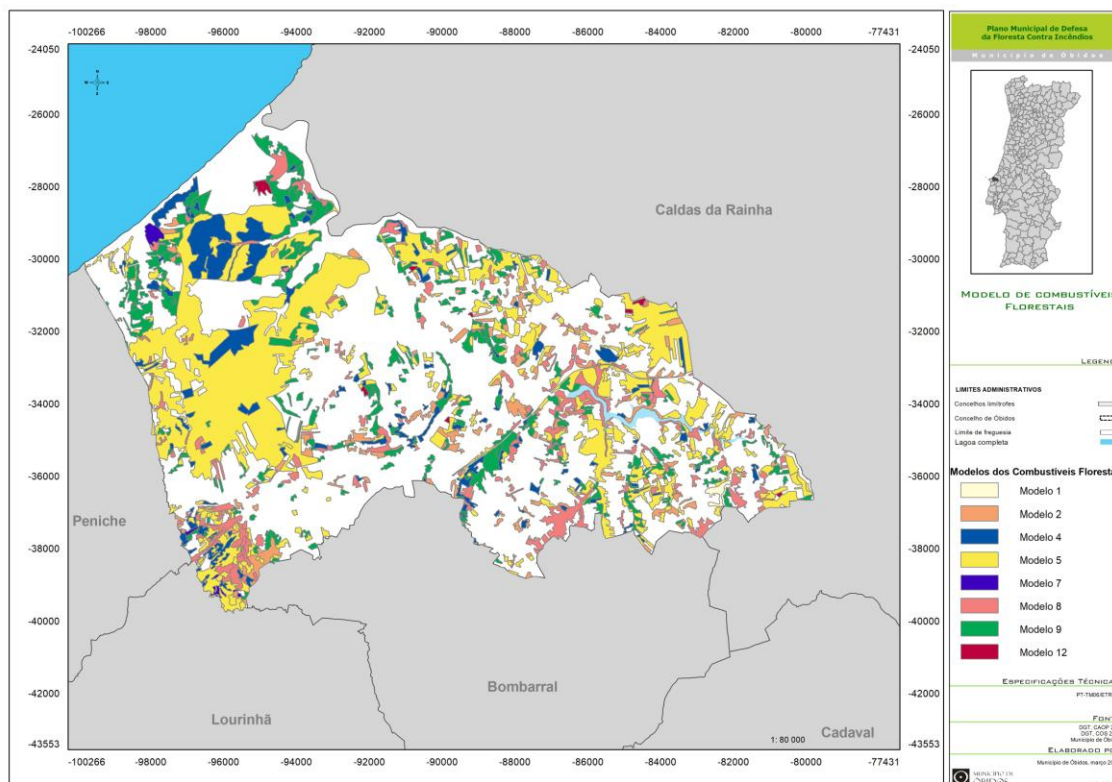
GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO
Herbáceo	1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.
	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
	3	Pasto contínuo, espesso e ($\geq 1m$) 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade.
Arbustivo	5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,60 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.
	6	Mato mais velho que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,60 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
	7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,60 a 2 metros de altura que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que nos outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.
Manta Morta	8	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma capa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.
	9	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as do <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , outras. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.
Resíduos Lenhosos	11	Resíduos ligeiros ($\varnothing < 7,5$ cm) recentes, de tratamentos silvícolas ou de aproveitamentos, formando uma capa pouco compacta de escassa altura (por volta de 30 cm). A folhada e o mato existentes ajudarão à propagação do fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar faúlhas incandescentes.
	12	Resíduos de exploração mais pesados do que o modelo 11, formando uma capa contínua de maior altura (até 60 cm). Mais de metade das folhas estão ainda presas aos ramos sem terem secado completamente. Não existem combustíveis vivos que influenciem no fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar faúlhas incandescentes.

Tabela 2 - Tabela de áreas por modelo de combustível

Modelo de Combustível	Área (ha)	%
mod.1	17,71	0,28
mod.2	433,20	6,82
mod.4	687,03	10,8
mod.5	3336,94	52,50
mod.7	31,95	0,50
mod.8	746,01	11,74
mod.9	1075,54	16,92
mod.12	28,21	0,44
Total	6356,59	100

O mapa de combustíveis do concelho de Óbidos apresenta um predomínio do modelo 5, com 52,5% da área total, seguido pelos modelos 9 e 8 com 17 e 12% respetivamente.

Mapa 1 - Mapa de combustíveis florestais do Concelho de Óbidos



2.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal

Segundo FREIRE (2002), a avaliação do risco de incêndio, apoia a melhor possibilidade para a salvaguarda de vidas humanas, de propriedades, e de recursos naturais. A estimação do risco de incêndio a curto prazo tem em vista o apoio à tomada de decisões e pode ser usada para diversos fins. Estes podem incluir a difusão de avisos, o estabelecimento de limitações a certas atividades recreativas ao ar livre, ou o planeamento de ações de vigilância e prevenção.

O risco de incêndio florestal resulta da análise de diferentes fontes de informação: modelos de combustíveis florestais, topografia, valor económico, entre outras. Porém, as dificuldades para elaborar e manter uma estimativa do risco de incêndio florestal derivam da multiplicidade de variáveis a ter em conta, da complexidade do acesso aos dados e das diferentes resoluções espacial e temporal de cada uma destas variáveis.

2.2.1. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

O modelo de risco, aqui apresentado resulta da elaboração do cálculo da perigosidade e do dano potencial, como se pode verificar na figura seguinte.

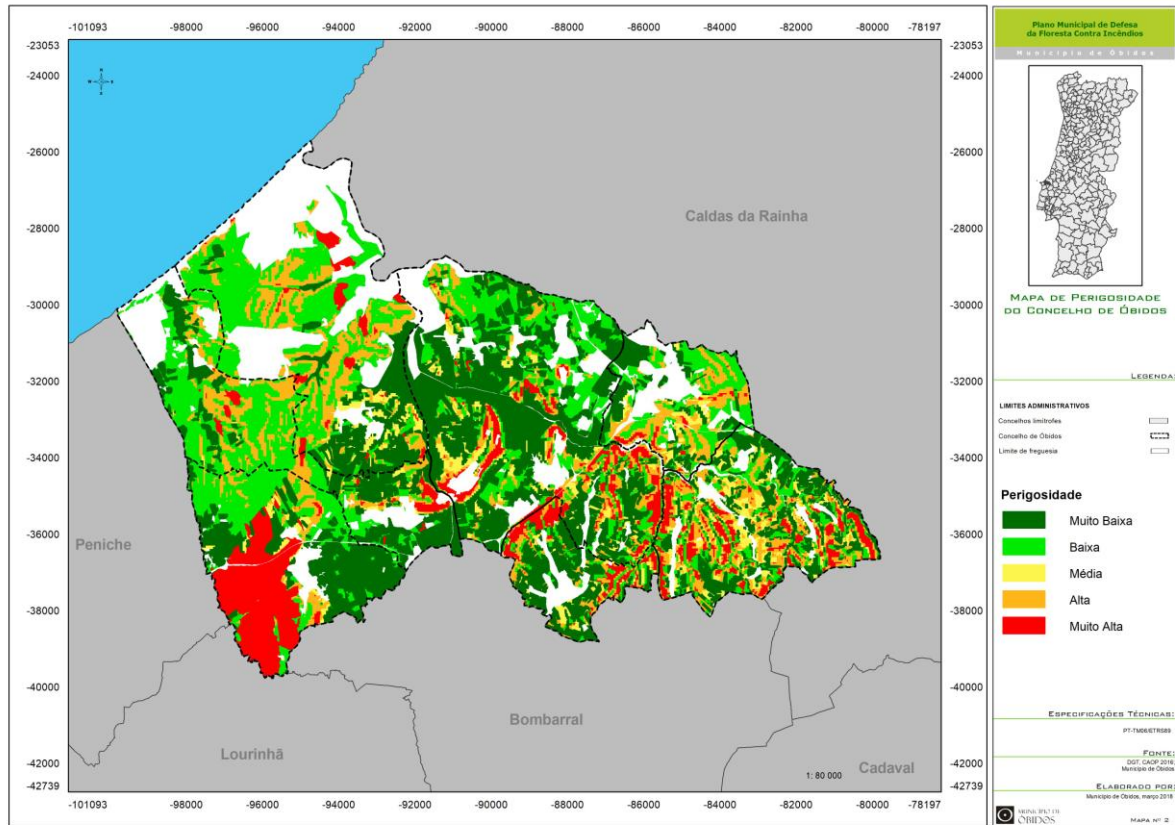
Figura 1 - Componentes do Modelo de Risco



Segundo Varnes (1984), a perigosidade é “a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso” (DGRF, 2007).

Para se obter a perigosidade, é necessário calcular a probabilidade e a suscetibilidade. A probabilidade demonstra a plausibilidade de ocorrência de um fenómeno num dado local em determinadas condições. Por outras palavras, procura-se saber qual a probabilidade anual de ocorrência do fogo num certo local. Deste modo, é necessário recorrer ao histórico das ocorrências.

Mapa 2 - Mapa de perigosidade do Concelho de Óbidos



No caso de Óbidos, desde 2005 (ano pelo qual, foi iniciado o registo no tempo e no espaço dos incêndios florestais), nenhuma ocorrência se repetiu num determinado local. Assim, não nos foi possível estabelecer um período de retorno ou probabilidade anual por inexistência de observações. Assim, para não influenciar o resultado, evitando que a probabilidade resulte num risco nulo, a *raster* foi reclassificado, de modo, que os valores zero (0) passem a um (1), tornando-os neutros. Por outro lado, às áreas que nunca arderam também foi atribuído o valor um (1).

A suscetibilidade de um território (ou de um pixel) exprime “as condições que esse território apresenta para a ocorrência potencial de um fenómeno danoso (...). A suscetibilidade define a perigosidade no espaço, respondendo no modelo, desta forma: Qual o potencial de severidade do fogo neste pixel?”. A suscetibilidade tem em conta a topografia e o uso e a ocupação do solo.

Foram deste modo, cruzados o mapa de declives e o mapa do uso e da ocupação do solo, segundo vários níveis de suscetibilidade.

A avaliação dos declives, constitui uma importante ferramenta na análise territorial, pois ajuda a compreender a estabilidade/instabilidade morfológica.

O mapa de declives divide o concelho de Óbidos em cinco classes. Constata-se que o concelho de Óbidos apresenta declives inferiores a cinco graus. Todavia, as freguesias de A-dos-Negros, Usseira e parte de Sta. Maria, S. Pedro e Sobral da Lagoa, a sudeste do concelho, constituem as áreas mais declivosas. Destacam-se igualmente as escarpas junto à localidade do Sobral da Lagoa.

Recorremos à Carta de Ocupação de Solo (COS) de 2010, disponibilizada pela Direcção Geral do Território e agrupámos as nossas classes segundo as três classes de suscetibilidade:

CLASSE DE SUSCETIBILIDADE BAIXA:

- Perímetros regados
- Vinhas
- Pomares
- Culturas anuais associadas às culturas permanentes
- Praias, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal

CLASSE DE SUSCETIBILIDADE MÉDIA:

- Perímetros não irrigáveis
- Olivais
- Sistemas culturais e parcelares complexos
- Territórios agro-florestais

CLASSE DE SUSCETIBILIDADE ELEVADA:

- Terras ocupadas principalmente por agricultura com espaços naturais

- Folhosas
- Resinosas
- Floresta com mistura de várias espécies
- Vegetação esclerofítica
- Espaços florestais degradados
- Rochas nuas
- Zonas incendiadas recentemente (foram considerados as ocorrências a partir de 2005).

O produto resultante do mapa de declives e do mapa da ocupação do solo manipulado segundo a linha metodológica descrita acima é o mapa da suscetibilidade.

Segundo as indicações da DGRF, para obter o mapa da Perigosidade, multiplica-se a probabilidade com a suscetibilidade. Todavia, como foi admitido e acima explicado, tendo em conta que o nosso mapa da Probabilidade apresenta apenas o valor um (1), num caso de multiplicação, este valor representa um elemento neutro. Assim, bastou considerar o mapa da suscetibilidade e reclassificá-lo segundo o método *quantis* para obtermos o mapa da perigosidade.

A definição da Perigosidade revela-se fundamental para o planeamento de ações de prevenção. O mapa da perigosidade do concelho de Óbidos traduz-se em cinco classes (*Muito baixa a Muito alta*) e apresenta de um modo geral, uma perigosidade tendencialmente média-baixa. Os pontos mais críticos localizam-se no Vale do Fraldeu, na zona Sudeste da freguesia de A-dos-Negros, no Vale Escuro e Encostas da Sancheira.

A segunda componente do modelo de risco prende-se com o cálculo do dano potencial, produto da vulnerabilidade e do valor económico.

A vulnerabilidade traduz um valor variável de 0 a 1, segundo o grau de destruição que um incêndio poderá causar a determinada ocupação do solo.

O valor económico que pretende “*estimar o valor dos bens e serviços a perder no momento e/ou o custo de reposição*”, relativamente aos custos de construção de edificações para espaços urbanos, na Estratégia Nacional para as Florestas, quanto aos valores das diferentes ocupações do solo e de outras fontes de informação, nomeadamente a EDP e referências ponderadas em contratos públicos de adjudicação.

Tabela 3 - Valores de referência para a vulnerabilidade e valor económico

ELEMENTO EM RISCO		VULNERABILIDADE	VALOR
Produção lenhosa	Pinheiro bravo		€ 91 /ha
	Eucalipto	0.75	€ 136 /ha
	Outras resinosas	1.00	€ 84 /ha
Multifuncional	Sobreiro	0.50	€ 618 /ha
	Pinheiro manso	0.70	€ 494 /ha
Matos		0.40	€ 52 /ha
Edificado	Habitação (zona III)	0.75	€ 587.22 /m ²
	Indústria, serviços e comércio	0.75	€ 624.67 /m ²
Infra-estruturas	Estradas	0.25	€ 15 /m ²
	Ferrovias	0.75	€ 30 /m ²
	Rede elétrica	0.50	€ 45 /m ¹

2.2.2. RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

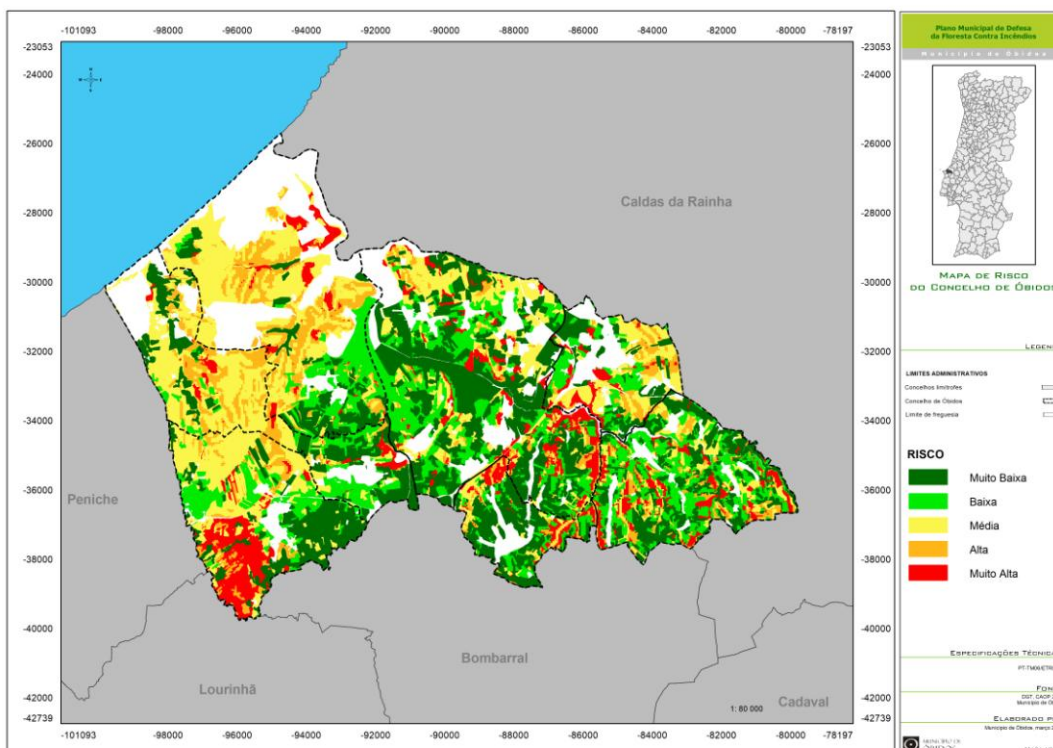
O dano potencial que combina a vulnerabilidade e o valor económico, foi depois multiplicado pelo mapa da perigosidade (probabilidade x suscetibilidade), produzindo desta forma, o mapa de risco que foi igualmente reclassificado segundo o método *quantis*.

O mapa de risco de incêndio florestal é fundamental para ações de prevenção quando combinado com o mapa de perigosidade e para planeamento de operação de supressão.

¹ Fonte: EDP, 2007.

Segundo o mapa de risco de incêndio do concelho de Óbidos, as áreas mais problemáticas situam-se nas Cesaredas, Serra Usseira, vales de A-dos-Negros, matos do Bom Sucesso e no Vale do Fraldeu.

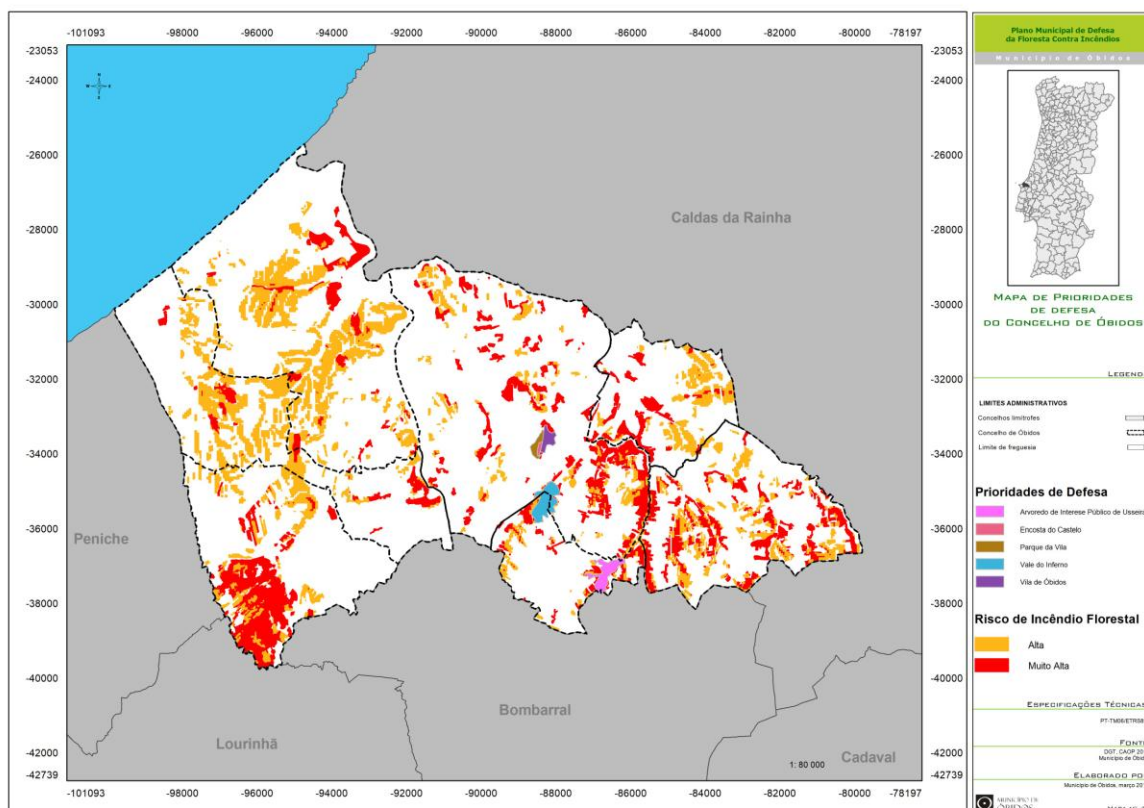
Mapa 3 - Mapa do Risco de Incêndio Florestal do Concelho de Óbidos



2.3. Mapa de Prioridades de Defesa

O mapa de prioridades de defesa identifica os elementos a proteger, estabelecendo para esse propósito prioridades de defesa, dos quais se destaca: o arvoredado de interesse público da Usseira que corresponde a uma área de espécies florestais autóctones, tendo um grande valor sob o ponto de vista de conservação de espécies e habitats naturais; a encosta do Castelo e a Vila de Óbidos, pelo seu valor patrimonial em termos do edificado e interesse arqueológico e; o Vale Escuro, não pelo seu valor ambiental, mas pelo facto de confinar com o complexo escolar e desportivo de Óbidos, dando assim prioridade à segurança de pessoas e bens.

Mapa 4 - Mapa de Prioridades de Defesa do Concelho de Óbidos



3. OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI

A floresta portuguesa é considerada como uma efetiva prioridade nacional, deste modo, importa modificar vivamente a relação da sociedade com a floresta, atuando de forma planeada no sector florestal e criando condições para a execução de medidas de natureza estrutural cuja materialização imediata se impõe, face à necessidade de dar preeminência à gestão e preservação do património florestal existente.

Através da integração e ajuste do PMDFCI com o outros instrumentos de Planeamento (PDM, PROF, PDDFCI e PNDFCI), será possível definir os objectivos estratégicos, as metas a atingir e o papel de cada interveniente local, sempre na perspetiva de maximização da eficácia na defesa da floresta contra incêndios.

A realização destes objetivos passa pela atualização das medidas preventivas existentes, incorporando diferentes cuidados ligados à preservação da floresta, delineando uma nova cartografia quantitativa e qualitativa da probabilidade de incêndio florestal, estabelecendo regras para a circulação nas áreas florestais, definindo um quadro jurídico para a expropriação de terrenos necessários às infra-estruturas florestais, convertendo formas de intervenção substitutiva do Estado face aos proprietários e produtores florestais, determinando normas para o uso do fogo e retratando apreensões relativas à quantidade de carga combustível nas áreas florestais enquanto potenciadoras da deflagração e progressão de incêndios florestais.

Os objetivos supra-mencionados são expressos na Lei 76/2017 de 17 de Agosto, no Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro, no Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho e no seu antecessor, o Decreto-Lei 156/2004 de 30 de Junho, estabelecendo medidas e ações estruturais e operacionais a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta contra Incêndios (SNPPFCI).

A diminuição do número de fogos e das áreas ardidas deriva essencialmente das medidas preventivas já que os meios de combate têm uma ação associada ao controlo local do incêndio e de defesa das populações. Ambas as partes – prevenção e combate – são fundamentais.

Tabela 4 – Objectivos e Metas do PMDFCI

Objectivos	Metas (ano)									
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Sensibilização de populações (Jovens/Adultos Activos/Aposentados)	De acordo com a Tabela 11 - Orçamentos e ações para o decénio 2018-2027									
Implementação de programa de gestão de combustíveis										
Redução do Número de Ocorrências	<10/ano	<12/ano	<15/ano	<20/ano	<25/ano	<25/ano	<20/ano	<20/ano	<20/ano	<20/ano
Redução da Área Ardida	<5 ha/ano que média 2012/2016		<5 ha/ano que média 2013/2017		<5 ha/ano que média 2014/2018		<5 ha/ano que média 2015/2019		<5 ha/ano que média 2016/2020	

De acordo com a tipificação definida pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, desde 1990 até a presente data o concelho de Óbidos é de tipologia **T3**. Esta tem em conta a especificidade no que respeita às duas variáveis estruturantes, número de ocorrências e área ardida.

A tipologia dos concelhos pelo ICNF define 4 tipologias:

Tabela 5 – Tipologias

Tipologia	Poucas Área Ardida	Muita Área Ardida
Poucas Ocorrências	T1	T2
Muitas Ocorrências	T3	T4

3.1. 1.º Eixo Estratégico – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

3.1.1. REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

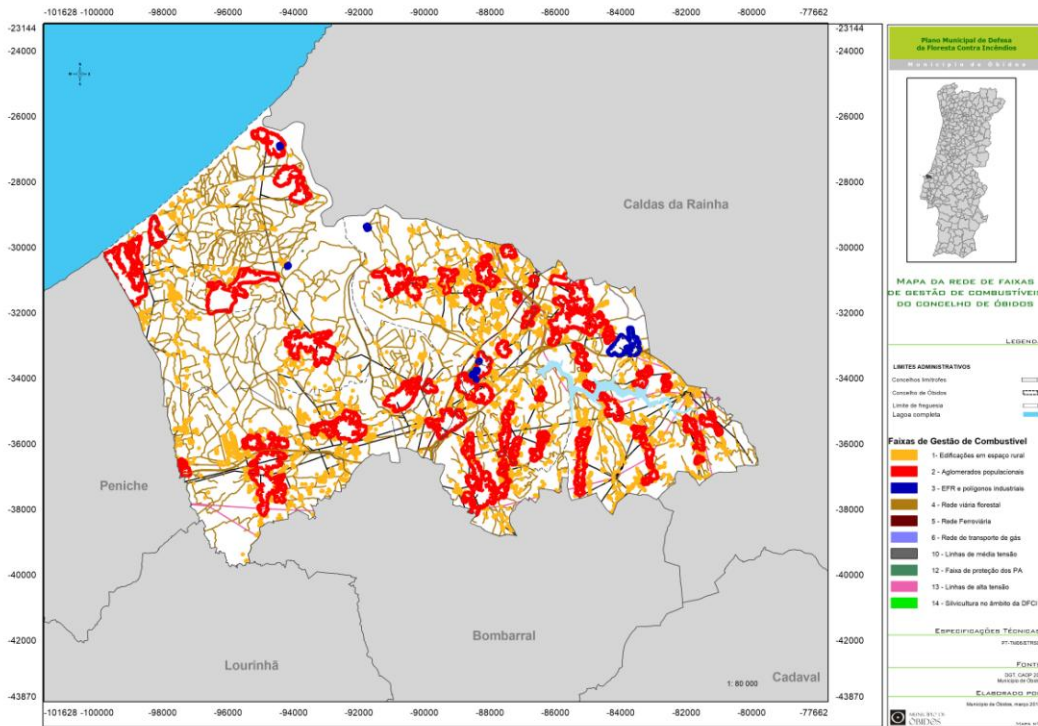
O decreto-lei 124/2006 de 28 de Junho com as alterações introduzidas pela Lei 76/2017 de 17 de Agosto, incorpora um conjunto de medidas preventivas que consiste na delimitação de faixas e parcelas de gestão de combustíveis.

O presente diploma determina que, nos espaços florestais definidos no PMDFCI deve, a entidade responsável:

- a) pela rede viária, providenciar a gestão de combustível de uma faixa lateral de terreno confinante, numa largura não inferior a 10m;
- b) pela rede ferroviária, assegurar a gestão de combustível de uma faixa lateral de terreno confinante, contada a partir dos carris externos, numa largura não inferior a 10m;
- c) pelas linhas de transporte de energia elétrica de muita alta tensão (MAT), assegurar a limpeza de uma faixa de largura não inferior a 10m para cada um dos lados, numa projeção vertical contada a partir dos cabos condutores exteriores. (Inexistente no Concelho de Óbidos).
- d) pelas linhas de transporte de energia elétrica de média tensão, assegurar a limpeza de uma faixa de largura não inferior a 7m para cada um dos lados, numa projecção vertical contada a partir dos cabos condutores exteriores.
- e) A entidade ou entidades que, a qualquer título, detenham a administração dos terrenos confinantes com edificações, são obrigadas à limpeza de uma faixa de largura mínima de 50 m à volta de habitações, estaleiros, armazéns, oficinas ou outras edificações.
Os 50 m serão sempre medidos a partir do extradorso das paredes exteriores da habitação ou qualquer outra edificação.
- f) Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com áreas florestais é obrigatória a gestão de combustíveis numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 100 m, competindo aos proprietários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título detenham terrenos inseridos nestas faixas, os trabalhos de gestão de combustíveis nesses terrenos.
- g) Nos parques de campismo, nas infra-estruturas e equipamentos florestais de recreio, nos parques e polígonos industriais inseridos ou confinantes com áreas florestais é obrigatória a gestão de combustíveis numa faixa de protecção com uma largura mínima não inferior a 100m, competindo à respetiva entidade gestora realizar os trabalhos de limpeza, podendo esta, para o efeito, desencadear os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efetuada.

As faixas de gestão de combustível delimitadas à volta dos aglomerados populacionais foram subdivididas e individualizadas em secções, tendo em conta a prioridade na proteção (alta prioridade; baixa prioridade; sem intervenção).

Mapa 5 - Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis do Concelho de Óbidos



As faixas de Gestão de Combustível, delimitadas à volta dos aglomerados populacionais foram sub-divididas e individualizadas em secções, tendo em conta a prioridade na proteção (alta prioridade, baixa prioridade e sem intervenção).

Tabela 6 – Áreas por Código/Classe das FGC do Concelho de Óbidos

Código Classe	Descrição da Faixa/Mosaico	Área Total (ha)	C/ intervenção (ha)	% da área Total	% da área do Concelho
1	Edificações	5021,42	1500,02	29,87	10,60
2	Aglomerado Populacional	3557,66	930,44	26,15	6,57
3	Parques e Polígonos Industriais	151,90	80,64	53,09	0,57
4	Rede Viária	1858,58	989,42	53,24	6,99
5	Rede Ferroviária	22,74	8,90	39,14	0,06
6	Rede de Transporte de Gás	8,02	7,16	89,28	0,05
10	Rede eléctrica (Média Tensão)	298,76	87,44	29,27	0,62
12	Pontos de Água	1,92	1,20	62,50	0,01
13	Rede eléctrica (Alta Tensão)	123,20	55,16	44,77	0,39
14	Silvicultura no âmbito da DFCl	2,90	0,00	0,00	0,00
Total		11047,10	3660,38		25,86

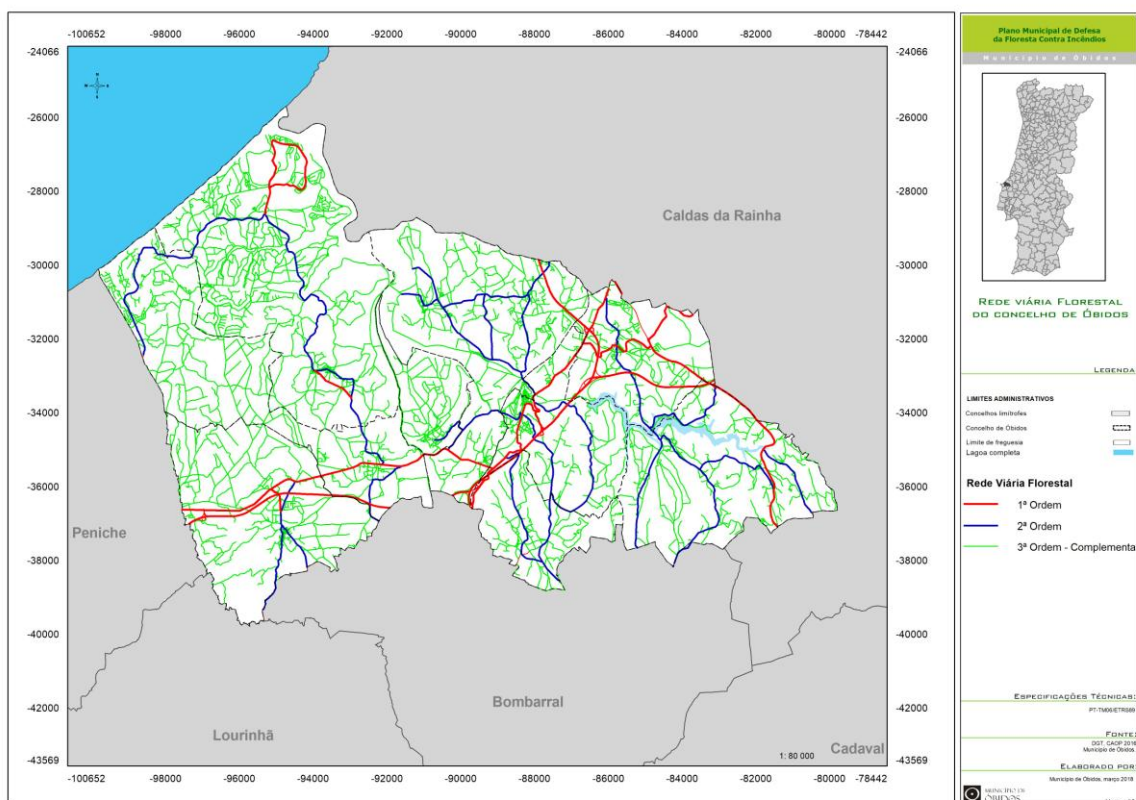
Tabela 7- Rede das FGC/ano do Concelho de Óbidos

Descrição da Fresta/Mesico	Área Total (ha)	Intervenção (ha)	C/ (ha)	S/ (ha)	Rede de Fxas e Mesicos de Gestão de Combustíveis																																											
					2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027																									
					Total	C/ Interv.	S/ Interv.	Total	C/ Interv.	S/ Interv.	Total	C/ Interv.	S/ Interv.	Total	C/ Interv.	S/ Interv.	Total	C/ Interv.	S/ Interv.	Total	C/ Interv.	S/ Interv.	Total	C/ Interv.	S/ Interv.																							
1 Edificações	502,42	350,02	350,02	0,00	616,32	214,21	404,11	308,52	105,96	402,56	72,67	257,90	514,77	137,32	45,95	91,37	473,28	125,99	347,29	616,32	214,21	404,11	308,52	105,96	402,56	72,67	257,90	514,77	137,32	45,95	91,37	473,28	125,99	347,29														
2 Aglomerado Populacional	352,66	330,44	330,44	0,00	452,60	126,62	325,98	352,96	81,02	271,94	513,31	146,48	366,85	202,76	72,12	130,64	257,20	39,80	216,40	452,60	126,62	325,98	352,96	81,02	271,94	513,31	146,48	366,85	202,76	72,12	130,64	257,20	39,80	216,40														
3 Parques e Polígonos Industriais	151,90	80,64	80,64	71,26	9,69	6,14	3,55	0,00	0,00	21,91	10,36	11,55	41,27	22,32	19,95	3,08	1,50	1,99	9,69	6,14	3,55	0,00	0,00	0,00	0,00	21,91	10,36	11,55	41,27	22,32	19,95	3,08	1,50	1,99														
4 Rede Viária	1359,58	989,42	899,16	899,16	411,95	277,90	134,05	158,02	77,71	80,31	217,48	82,24	135,24	64,07	28,13	35,94	77,77	28,73	48,04	411,95	277,90	134,05	158,02	77,71	80,31	217,48	82,24	135,24	64,07	28,13	35,94	77,77	28,73	48,04														
5 Rede Ferroviária	22,74	8,90	13,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,20	4,38	6,82	0,17	0,07	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,20	4,38	6,82	0,17	0,07	0,10	0,00	0,00	0,00														
6 Rede de Transporte de Gás	8,02	7,16	0,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00													
10 Rede elétrica (Meda Tensão)	298,76	87,44	211,32	45,29	17,61	27,68	29,01	5,32	22,69	56,10	15,21	40,89	18,98	4,58	11,40	0,00	0,00	0,00	45,29	17,61	27,68	29,01	5,32	22,69	56,10	15,21	40,89	18,98	4,58	11,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00													
12 Pontos de Água	1,92	1,20	0,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,48	0,23	0,25	0,11	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,32	0,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,48	0,23	0,25	0,11	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00													
13 Rede elétrica (Alta Tensão)	123,20	55,16	68,04	0,00	0,00	0,00	0,00	16,36	9,75	6,61	6,35	4,12	2,23	10,19	4,81	5,38	28,70	8,90	19,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,36	9,75	6,61	6,35	4,12	2,23	10,19	4,81	5,38	28,70	8,90	19,80											
14 Silvicultura no âmbito da DPCI	2,90	0,00	2,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00														
Total	11047,10	3660,38	7366,72	1538,17	643,00	895,17	1064,92	280,81	784,11	1600,95	520,90	1080,05	479,48	181,58	297,92	840,03	263,32	636,11	1538,17	643,00	895,17	1064,92	280,81	784,11	1600,95	520,90	1080,05	479,48	181,58	297,92	840,03	263,32	636,11	1538,17	643,00	895,17	1064,92	280,81	784,11	1600,95	520,90	1080,05	479,48	181,58	297,92	840,03	263,32	636,11

3.1.2. REDE VIÁRIA FLORESTAL

A rede viária florestal é essencial para a valorização, proteção e usufruto dos espaços silvestres pela população. Porém destaca-se por duas grandes valências: uma primeira que se traduz no acesso aos aglomerados populacionais, às infra-estruturas e aos povoamentos florestais e, uma segunda que garante o acesso para a execução de trabalhos de silvicultura preventiva, para ações de vigilância e deteção ou para as intervenções de combate.

Mapa 6 - Mapa de Rede da Rede Viária Florestal do Concelho de Óbidos



Neste sentido, a rede viária florestal do concelho de Óbidos é composta por:

- a) *Vias classificadas pelo Plano Rodoviário Nacional:*
- b) *Vias classificadas no plano de estradas e caminhos municipais classificados:*
- c) *Outras vias do domínio público e privado*

Tabela 8 - Intervenções na RVF/ano do Concelho de Óbidos

Design. da RVF	Descrição	2018			2020			2022			2024			2026		
		Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.
Intervenções na RVF (2018-2027)																
Design. da RVF	Descrição	Comprim Total (km)	C/ interv. (km)	S/ interv. (km)												
1	1ª Ordem	95,80	17,88	77,92												
2	2ª Ordem	152,10	45,86	106,24												
3	3ª Ordem	690,84	510,48	180,36												
	Total	938,74	574,22	364,52												
2019																
Design. da RVF	Descrição	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.
1	1ª Ordem	12,34	1,52	10,82	14,56	3,13	11,43	4,55	1,05	3,50	11,94	2,70	9,24	4,51	0,54	3,97
2	2ª Ordem	11,26	2,60	8,66	4,96	1,25	3,71	19,42	8,67	10,75	25,56	7,35	18,21	14,85	3,06	11,79
3	3ª Ordem	53,26	37,85	15,41	13,55	12,60	0,95	194,39	153,36	41,03	55,71	37,66	18,05	28,51	13,77	14,74
	Total	76,86	41,97	34,89	33,07	16,98	16,09	218,36	163,08	55,28	93,21	47,71	45,50	47,87	17,37	30,50
2021																
Design. da RVF	Descrição	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.
1	1ª Ordem	12,34	1,52	10,82	14,56	3,13	11,43	4,55	1,05	3,50	11,94	2,70	9,24	4,51	0,54	3,97
2	2ª Ordem	11,26	2,60	8,66	4,96	1,25	3,71	19,42	8,67	10,75	25,56	7,35	18,21	14,85	3,06	11,79
3	3ª Ordem	53,26	37,85	15,41	13,55	12,60	0,95	194,39	153,36	41,03	55,71	37,66	18,05	28,51	13,77	14,74
	Total	76,86	41,97	34,89	33,07	16,98	16,09	218,36	163,08	55,28	93,21	47,71	45,50	47,87	17,37	30,50
2023																
Design. da RVF	Descrição	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.
1	1ª Ordem	12,34	1,52	10,82	14,56	3,13	11,43	4,55	1,05	3,50	11,94	2,70	9,24	4,51	0,54	3,97
2	2ª Ordem	11,26	2,60	8,66	4,96	1,25	3,71	19,42	8,67	10,75	25,56	7,35	18,21	14,85	3,06	11,79
3	3ª Ordem	53,26	37,85	15,41	13,55	12,60	0,95	194,39	153,36	41,03	55,71	37,66	18,05	28,51	13,77	14,74
	Total	76,86	41,97	34,89	33,07	16,98	16,09	218,36	163,08	55,28	93,21	47,71	45,50	47,87	17,37	30,50
2025																
Design. da RVF	Descrição	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.	Total	C/interv./S/interv.	S/interv.
1	1ª Ordem	12,34	1,52	10,82	14,56	3,13	11,43	4,55	1,05	3,50	11,94	2,70	9,24	4,51	0,54	3,97
2	2ª Ordem	11,26	2,60	8,66	4,96	1,25	3,71	19,42	8,67	10,75	25,56	7,35	18,21	14,85	3,06	11,79
3	3ª Ordem	53,26	37,85	15,41	13,55	12,60	0,95	194,39	153,36	41,03	55,71	37,66	18,05	28,51	13,77	14,74
	Total	76,86	41,97	34,89	33,07	16,98	16,09	218,36	163,08	55,28	93,21	47,71	45,50	47,87	17,37	30,50

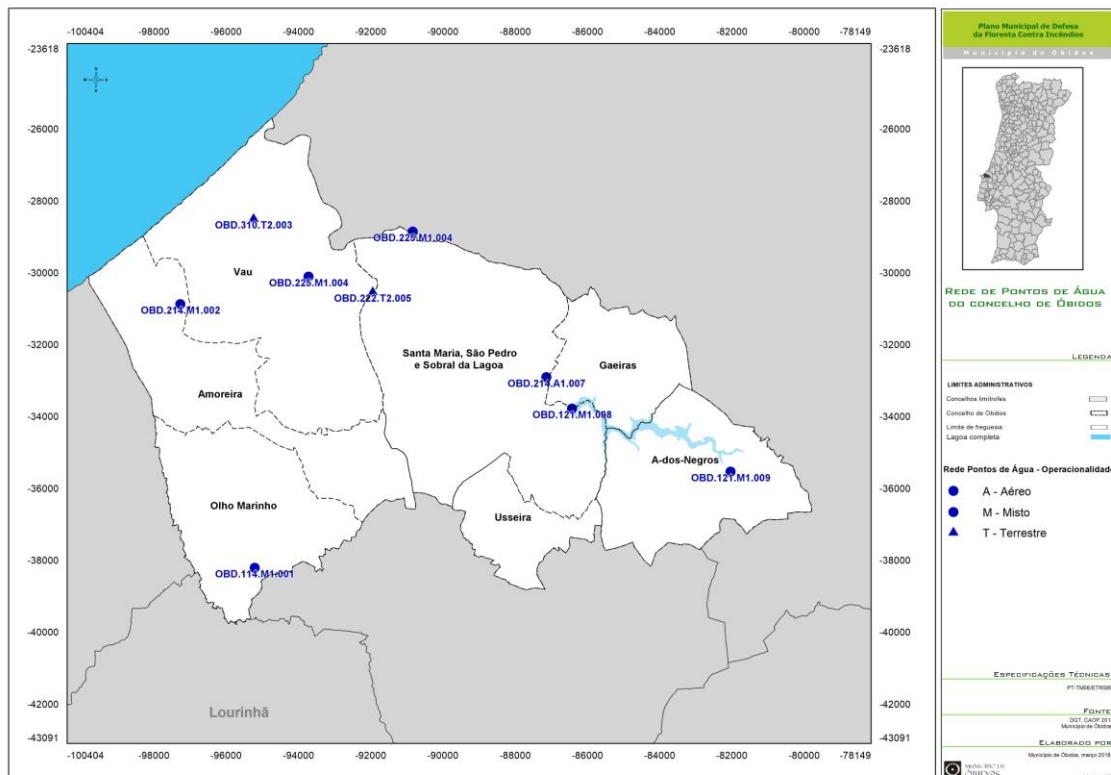
3.1.3. REDE DE PONTOS DE ÁGUA

Os pontos de água constituem elementos fundamentais em ações de combate a incêndios florestais. Uma distribuição criteriosa de pontos de água pelo território pode reduzir custos de transporte, bem como os tempos de deslocação de viaturas responsáveis pelo reabastecimento.

Como pontos de água foram considerados:

- Charcas
- Albufeira do Arnóia
- Lagoa de Óbidos
- Rio
- Reservatórios

Mapa 7 - Mapa de Rede de Pontos de Água do Concelho de Óbidos



Deste modo, a criação de uma base de dados de todos os pontos onde é possível aos bombeiros abastecer as viaturas e aeronaves, para combate aos fogos florestais, constitui uma medida relevante.

Contudo, não basta conhecer a localização de tais pontos, dado que a caracterização destes elementos é essencial.

Portanto, importa referenciar as características específicas de cada ponto, nomeadamente, a largura, comprimento, profundidade, propriedade, as condições de acessibilidades, entre outras, para garantir a eficácia de qualquer ação.

O Município de Óbidos possui 9 pontos de água (charcas, tanques, reservatórios, rios, lagoa e Albufeira do Arnóia) distribuídos por seis freguesias.

Os acessos à maioria dos pontos de água são feitos por vias rodoviárias pavimentadas e por via aérea.

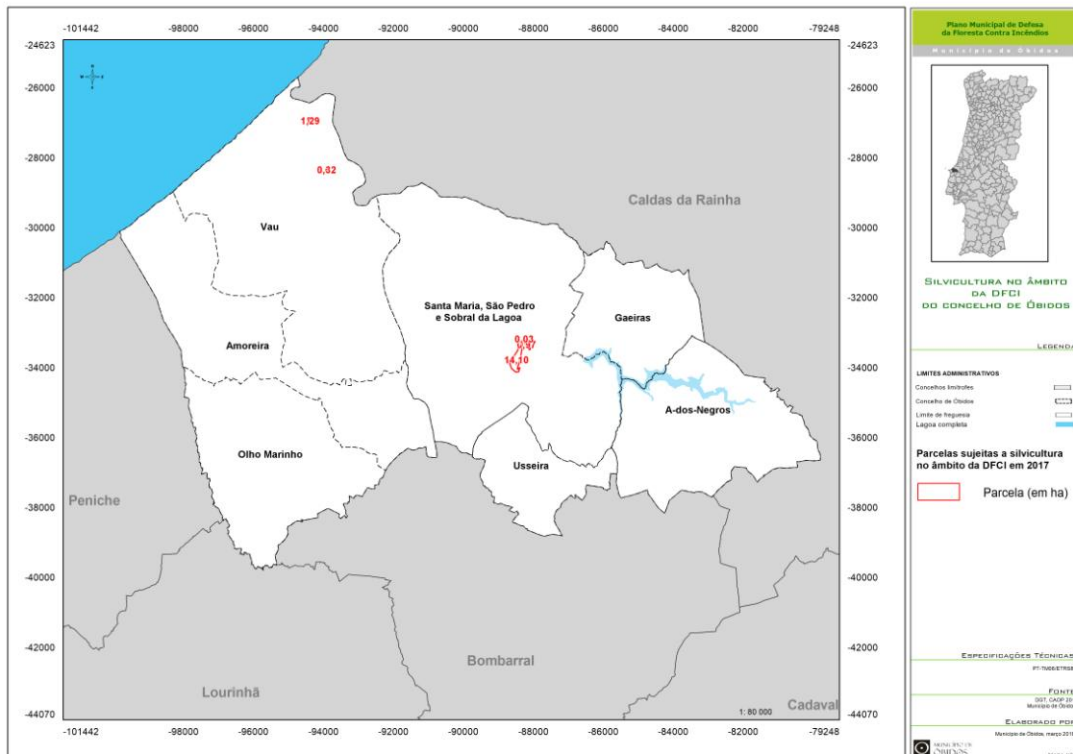
Tabela 5 - Rede de Pontos de Água do Concelho de Óbidos

Freguesia	ID_PA	Código tipo PA	Designação	Designação do Tipo de PA	Volume máximo (m3)	Tipo de Intervenção (M-manutenção / C-construção)										
						2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	
Vau	3	OBD.310.T2.003	Cabeço da Serra	310	400000	M						M				
Amoreira	2	OBD.214.M1.002	Casal da Boa Vista	214	125664	M						M				
Vau	4	OBD.225.M1.004	Lagoa de Óbidos/Bom Sucesso	225	6000000											
Sta.Maria, S.Pedro e Sobral da Lagoa	6	OBD.225.M1.004	Lagoa de Óbidos/Charneca	225	1800000	M						M				
Sta.Maria, S.Pedro e Sobral da Lagoa	5	OBD.225.M1.005	Confluência do Rio Real com o Arnóia	222	1600				M						M	
Sta.Maria, S.Pedro e Sobral da Lagoa	7	OBD.225.M1.007	Mina do Gesso	214	24000				M						M	
A-dos-Negros	8	OBD.121.M1.008	Albufeira do Arnóia	211	-					M						M
Olho Marinho	1	OBD.114.M1.001	Olho Marinho/Cesaredas	111	35000						M					M

3.1.4. SILVICULTURA NO ÂMBITO DA DFCI

O mapa 8 representa as parcelas sujeitas a silvicultura no âmbito da DFCI, executadas no último ano. A médio prazo pretende-se a gestão dos combustíveis nas áreas definidas pelos mapas, no anexo referente à cartografia, e cujos valores calculados, no mapa se apresentam.

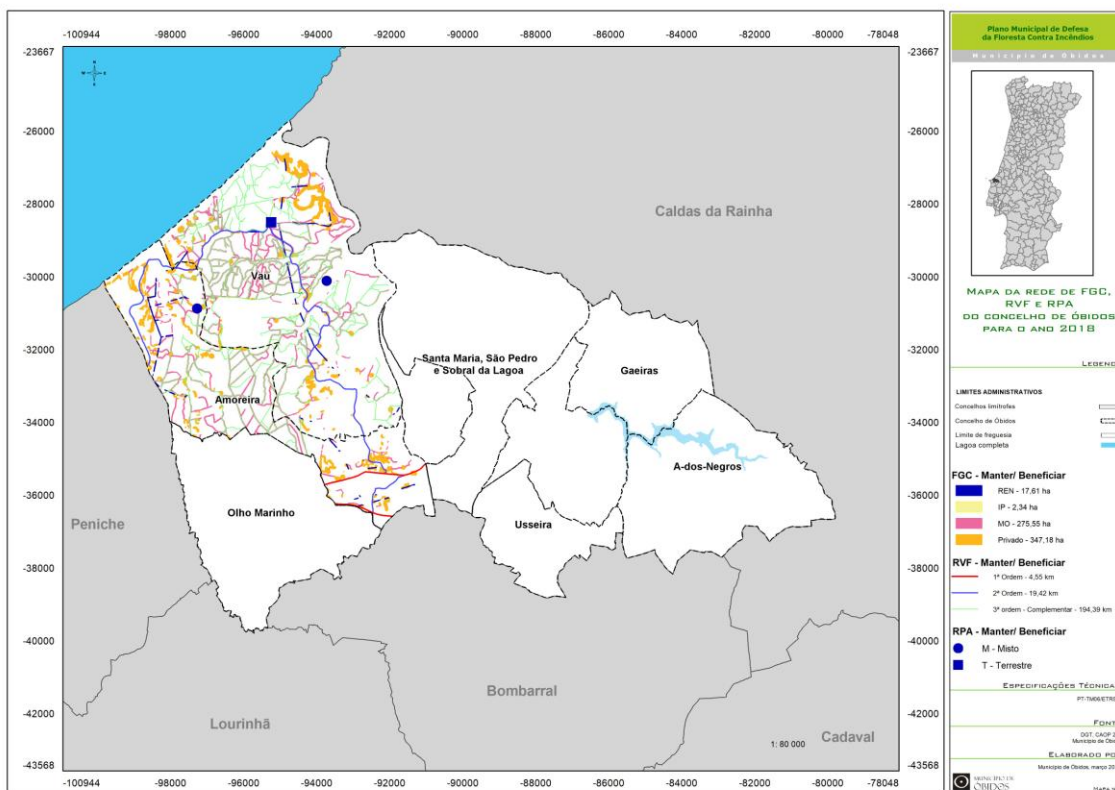
Mapa 8 - Mapa de parcelas de silvicultura no âmbito da DFCI – 2017 do Concelho de Óbidos



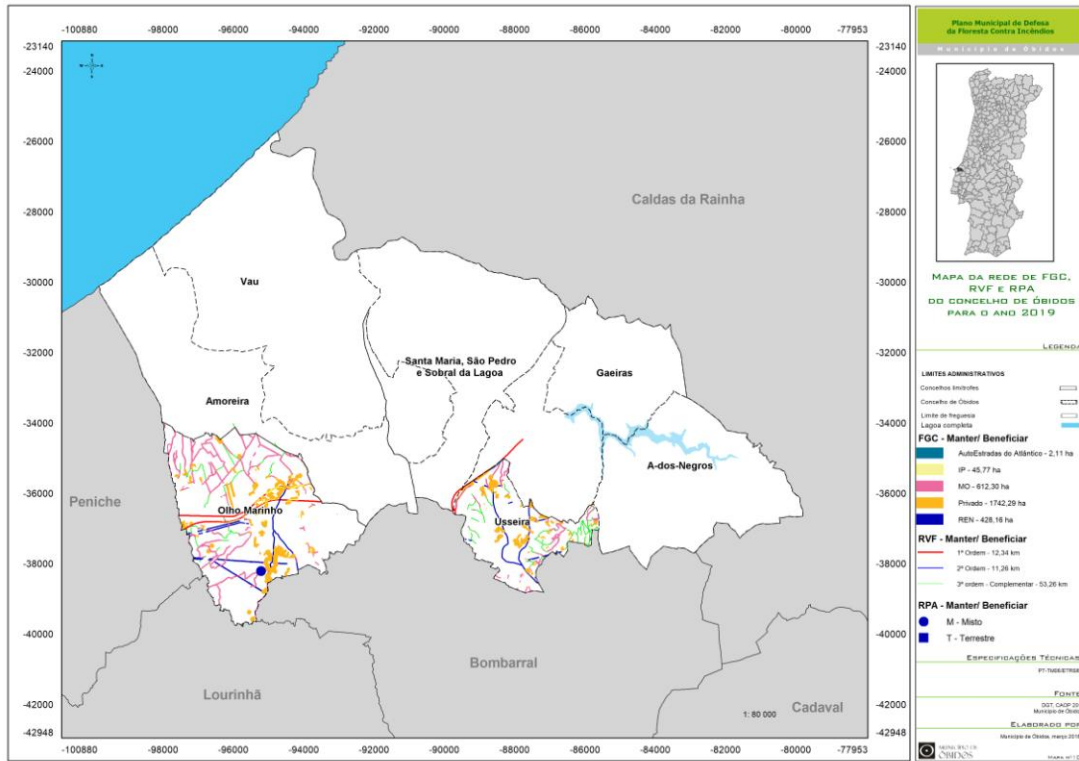
3.1.5. CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A definição e a calendarização da realização das ações de construção e manutenção das Faixas de Gestão de Combustível é função das suscetibilidades do território aos incêndios e as ações de combate.

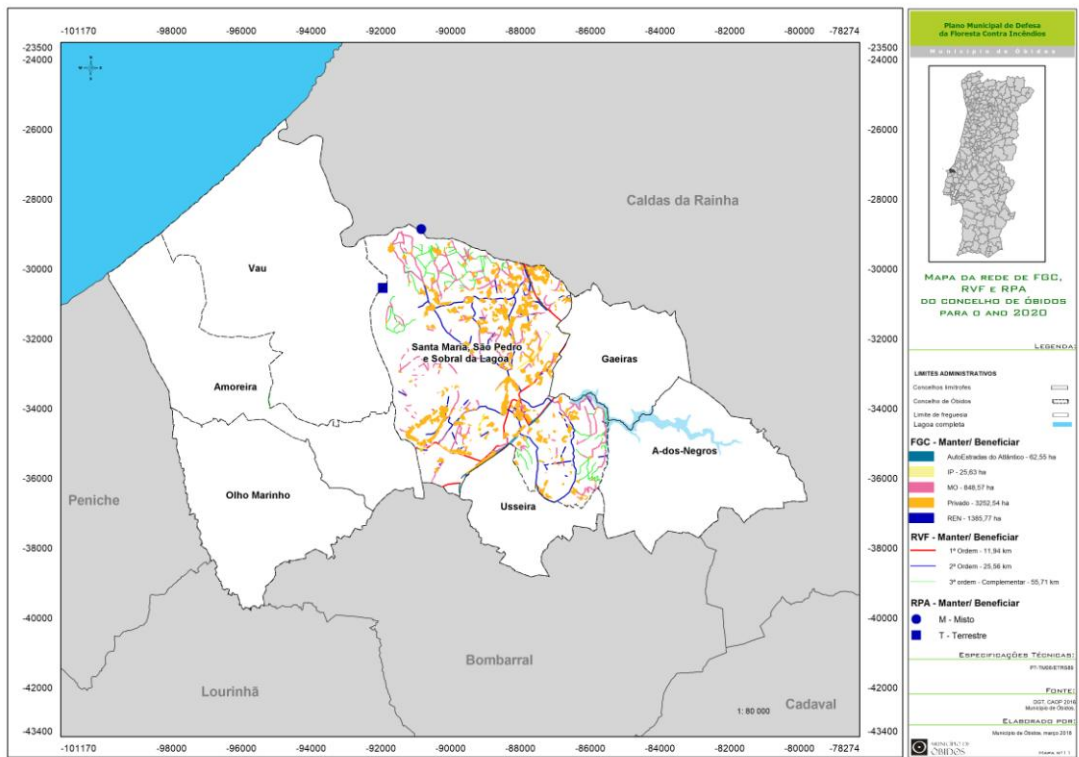
Mapa 9 - Rede FGC, RVF e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2018



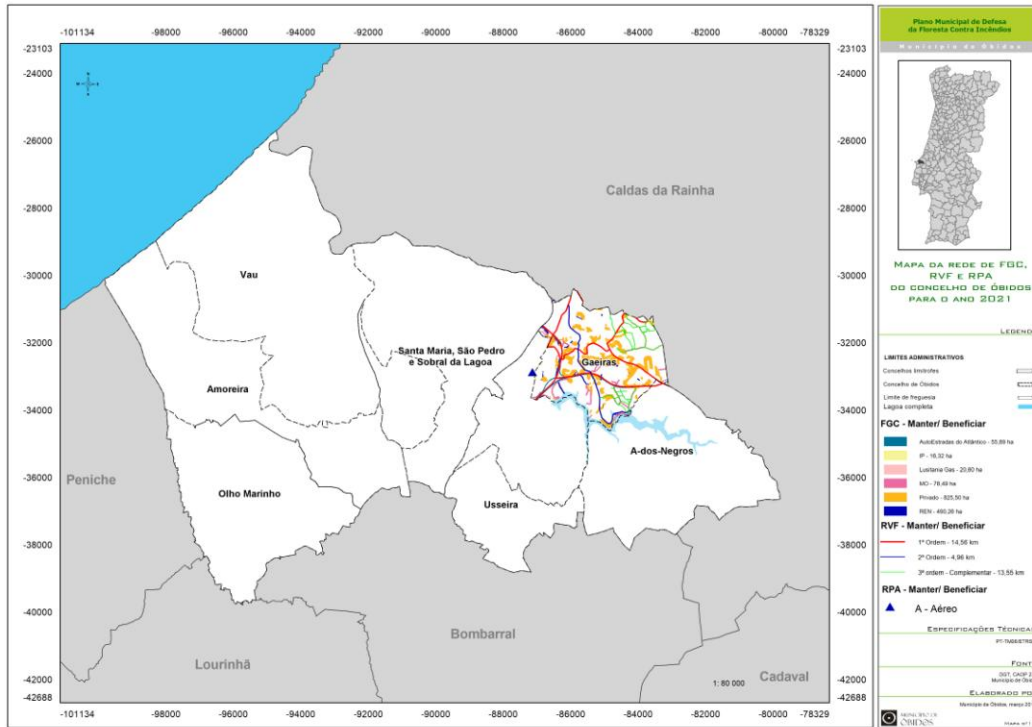
Mapa 10 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2019



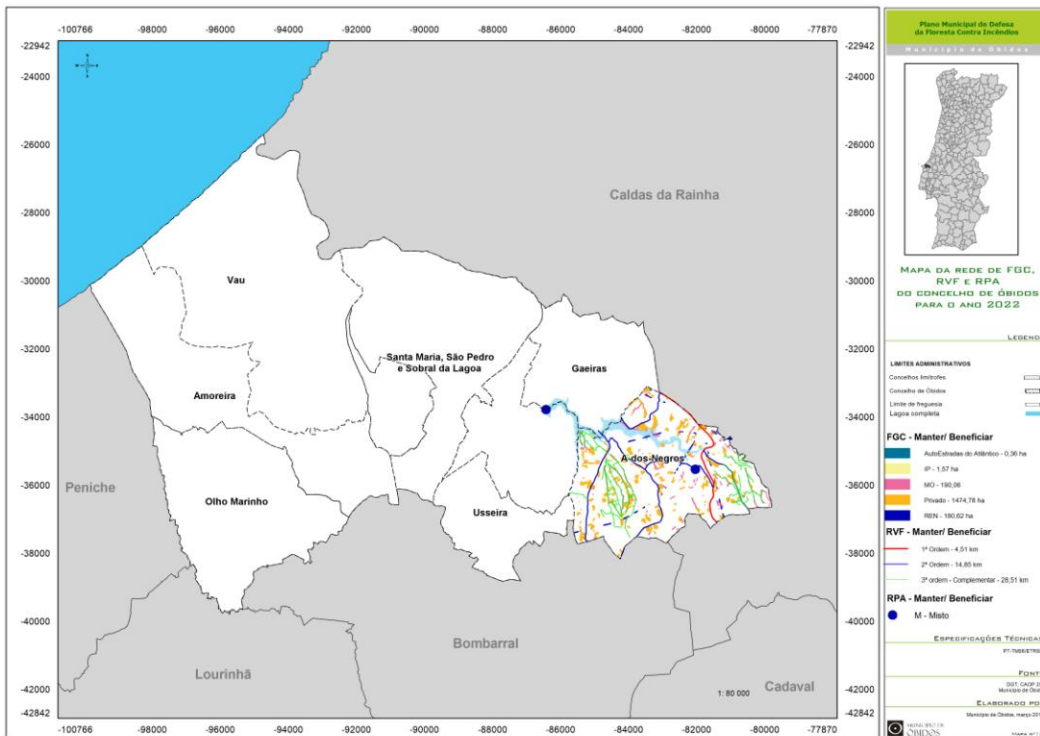
Mapa 11 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2020



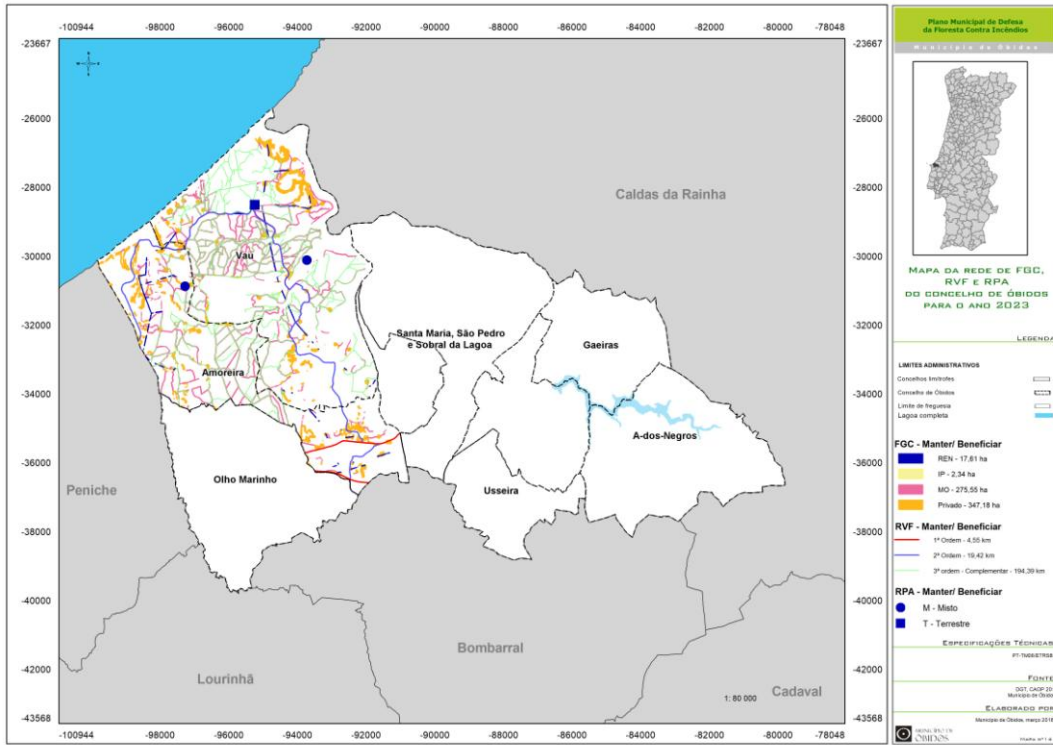
Mapa 12 - Rede FGC, RVF e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2021



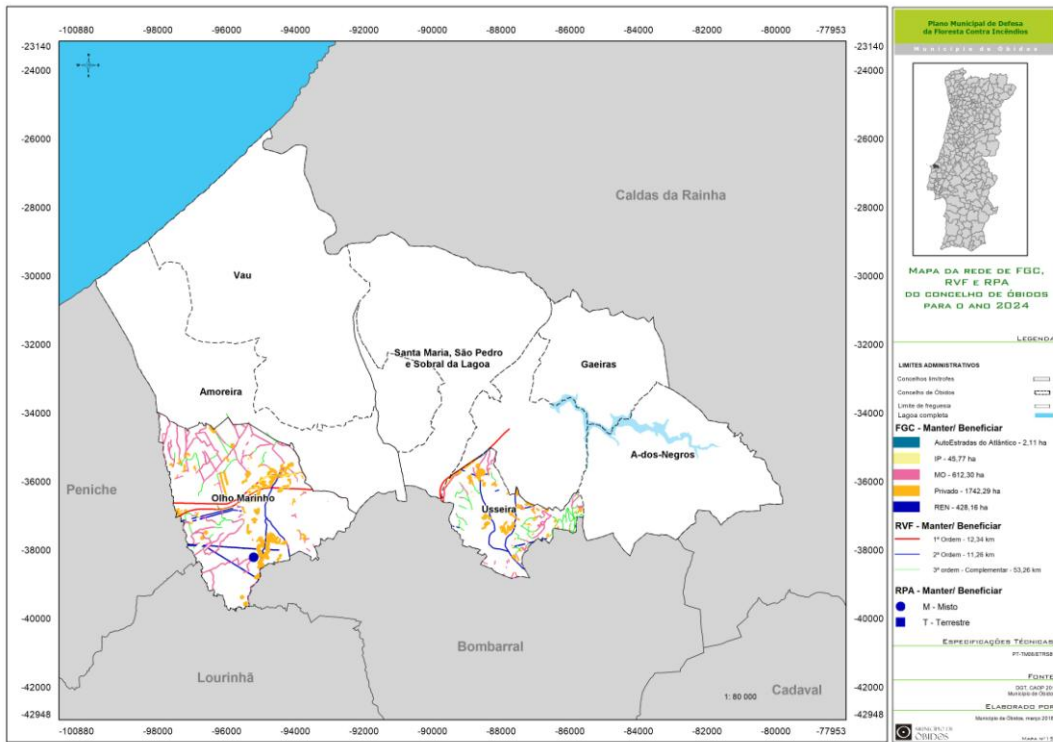
Mapa 13 - Rede FGC, RVF e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2022



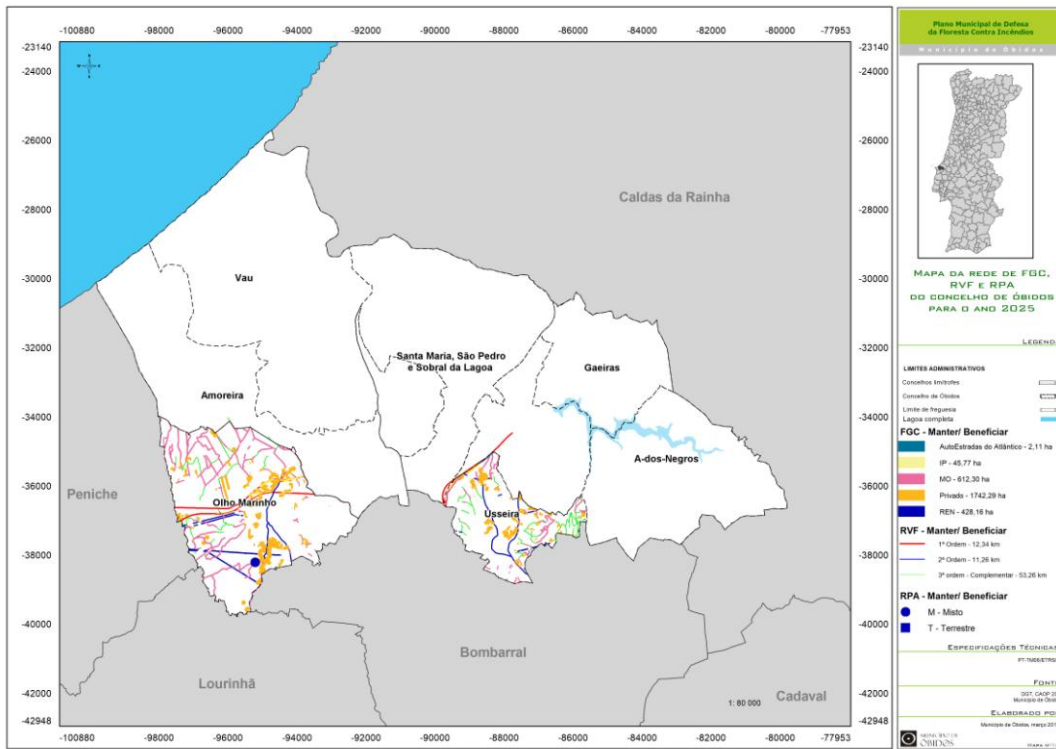
Mapa 14 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2023



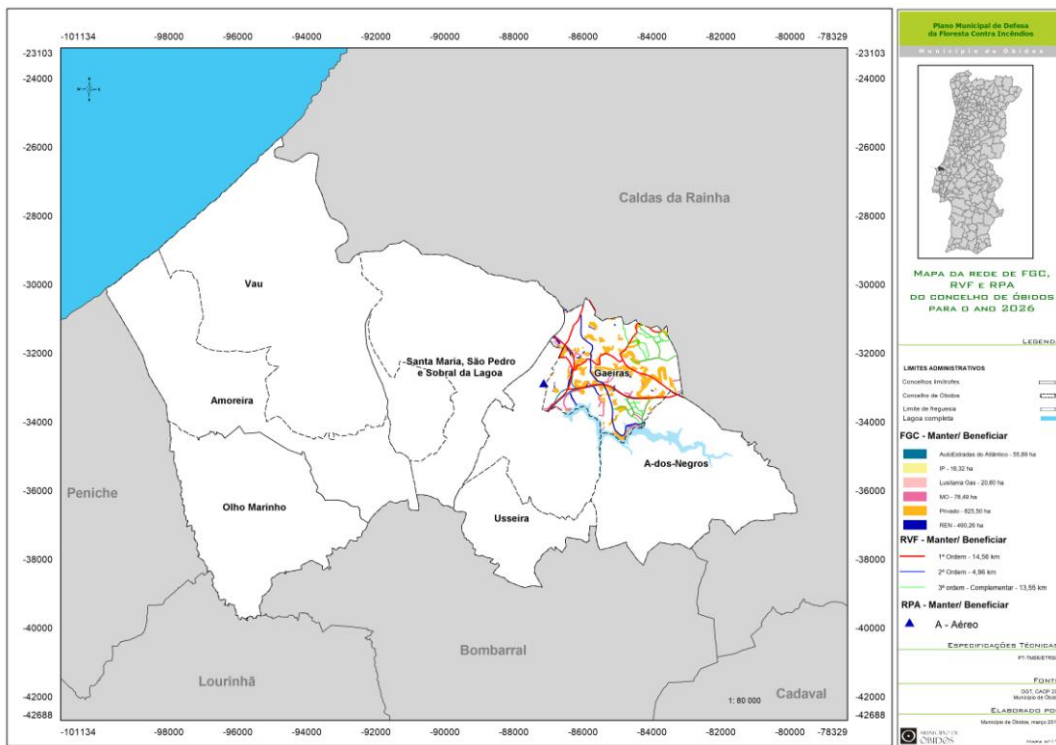
Mapa 15 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2024



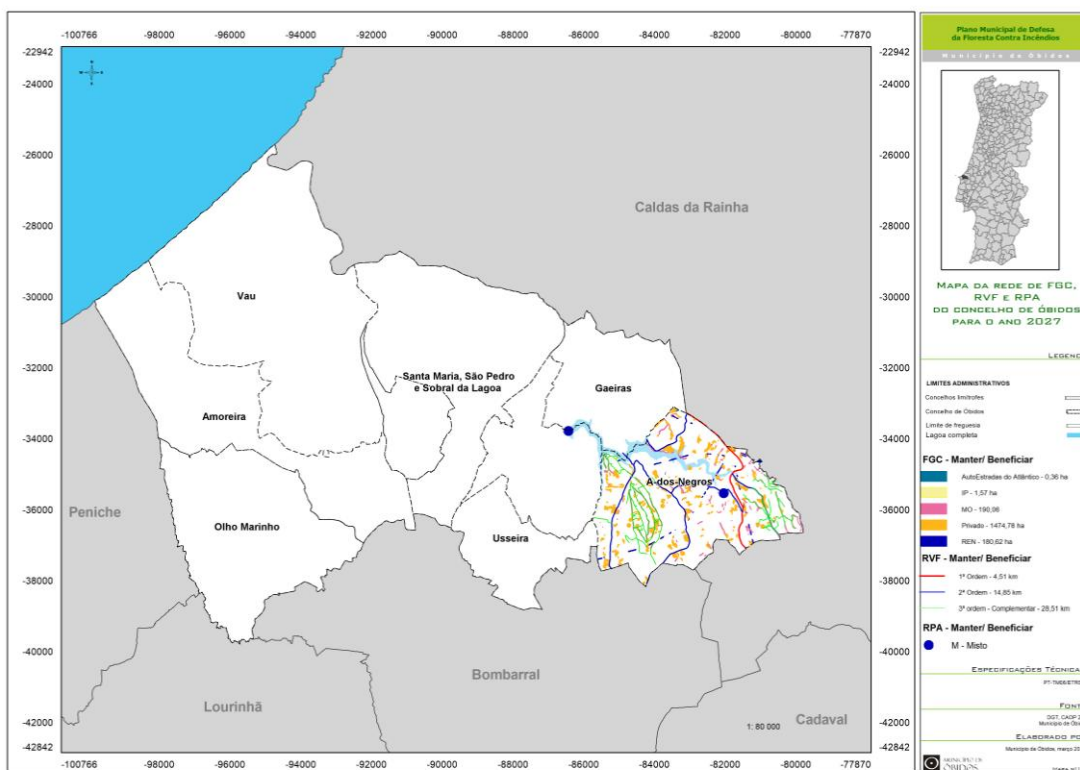
Mapa 16 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2025



Mapa 17 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2026



Mapa 18 - Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2027



3.1.6. REGRAS DE EDIFICAÇÃO – NOVAS EDIFICAÇÕES EM ESPAÇO FLORESTAL E ESPAÇO RURAL

A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados nos PMDFCI com perigosidade espacial de incêndio das classes alta ou muito alta e nas áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, de acordo com o DL n.º 327/90 de 22 de Outubro, com as alterações dadas pelo DL n.º 55/2007, de 12 de Março. O n.º 3 do artigo 16.º preconiza que o PMDFCI estabeleça as regras disciplinadoras para a construção de novas edificações fora das áreas edificadas consolidadas sempre que a esses espaços não corresponda a classificação de “alta” ou “muito alta” no que à perigosidade espacial de incêndio expresso na cartografia a que diz respeito. Assim, estabelecem-se as seguintes regras de edificabilidade em espaço florestal ou rural, fora das áreas edificadas consolidadas:

1. As novas edificações em espaço florestal, fora das áreas edificadas consolidadas, têm que salvaguardar na sua implantação no terreno a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de protecção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação;

2. As novas edificações em espaço rural, que não florestal, fora das áreas edificadas consolidadas, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de protecção nunca inferior a 50 metros sem ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas);

Para o definido em 1 e 2, considera-se que as faixas de protecção às novas edificações devem estar inseridas nas propriedades de que são titulares, ou seja, em terreno pertencente ao proprietário da edificação, para que o ónus da gestão de combustível da rede secundária (n.º 2 do artigo 15.º do DL n.º 124/2006, 28 Junho com a redacção dada pela Lei nº 76/2017, 17 Agosto) não seja transferido para terceiros;

3. No espaço rural, que não o espaço florestal, são admitidas outras dimensões para a faixa da distância à extrema da propriedade, desde que seja salvaguarda a distância de 50 metros sem ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas), de acordo com o seguinte:

Classes de Perigosidade	Espaços Florestais	Outros Espaços Rurais (não-florestal)
Muito Baixa	≥ 50 metros	≥ 10 metros
Baixa	≥ 50 metros	≥ 15 metros
Média	≥ 50 metros	≥ 20 metros
Alta	Proibida	Proibida
Muito Alta	Proibida	Proibida

4. Para efeitos da contabilização da distância referida nos números anteriores poderão ser, exceccionalmente, considerados espaços exteriores à propriedade, designadamente redes viárias de carácter nacional, municipal, arruamentos, caminhos, ou quaisquer outros espaços públicos que possuam características construtivas susceptíveis de serem impeditivas da normal progressão do fogo, desde que referenciados e

caracterizados nos elementos instrutórios dos pedidos de licenciamento de obras de edificação, designadamente levantamentos topográficos, plantas de implantação e memórias descritivas;

5. Quando a faixa de protecção de uma dada edificação se sobrepõe com outra faixa de protecção inserida em rede secundária já existente, a área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para protecção dessa edificação;

6. As normas específicas relativas à resistência dos edifícios à passagem do fogo devem decorrer da legislação em vigor, nomeadamente as regras referentes no anexo do DL 124/2006, de 28 de Junho, na sua 5ª versão, actualizada pelo Dec. Lei nº 10/2018, de 14 de fevereiro;

3.1.7. METAS, INDICADORES

As ações previstas têm como base a execução das faixas de gestão de combustível e beneficiação da rede viária floresta com importância estratégica na DFCl, sempre com o foco na redução e supressão dos danos materiais e humanos em situações de emergência.

Tabela 6 - Metas e indicadores para o decénio 2018-2027

	Acção	Área Total (ha)	Área Total c/ intervenção (ha)	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
1	FGC - Edificações	5021,42	1500,02	214,21	105,96	257,90	45,95	125,99	214,21	105,96	257,90	45,95	125,99
2	FGC - Aglomerado Populacional	3557,66	930,44	126,82	81,02	146,46	72,12	38,80	126,82	81,02	146,46	72,12	38,80
3	FGC - Polígonos Industriais	151,90	80,64	6,14	0,00	10,36	22,32	1,50	6,14	0,00	10,36	22,32	1,50
4	FGC - Rede Viária	1858,58	989,42	277,90	77,71	82,24	28,13	28,73	277,90	77,71	82,24	28,13	28,73
5	FGC - Rede Ferroviária	22,74	8,90	0,00	0,00	4,38	0,07	0,00	0,00	0,00	4,38	0,07	0,00
6	FGC - Rede de Transporte de Gás	8,02	7,16	0,00	0,00	0,00	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00	3,58	0,00
10	FGC - Rede eléctrica (Média Tensão)	298,76	87,44	17,61	6,32	15,21	4,58	0,00	17,61	6,32	15,21	4,58	0,00
12	Pontos de Água	1,92	1,20	0,32	0,05	0,23	0,00	0,00	0,32	0,05	0,23	0,00	0,00
13	FGC - Rede eléctrica (Alta Tensão)	123,20	55,16	0,00	9,75	4,12	4,81	8,90	0,00	9,75	4,12	4,81	8,90
14	Silvicultura no âmbito da DFCl	2,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tótal		11047,10	3660,38	643,00	280,81	520,90	181,56	203,92	643,00	280,81	520,90	181,56	203,92

Tabela 7 - Estimativa Orçamental para o decénio 2018-2027

Acção	Responsáveis	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
FGC - Edificações	Proprietários, Arrendatários, Usufrutuários ou entidades que detenham os terrenos	96.394,50 €	47.682,00 €	116.055,00 €	20.677,50 €	56.695,50 €	96.394,50 €	47.682,00 €	116.055,00 €	20.677,50 €	56.695,50 €
FGC - Aglomerado Populacional	Entidades Gestoras	57.069,00 €	36.459,00 €	65.907,00 €	32.454,00 €	17.460,00 €	57.069,00 €	36.459,00 €	65.907,00 €	32.454,00 €	17.460,00 €
FGC - Polígonos Industriais		2.763,00 €	- €	4.662,00 €	10.044,00 €	675,00 €	2.763,00 €	- €	4.662,00 €	10.044,00 €	675,00 €
FGC - Rede Viária	IP, AE Atlântico e Município de Óbidos	277,90 €	34.969,50 €	82,24 €	12.658,50 €	12.928,50 €	277,90 €	34.969,50 €	82,24 €	12.658,50 €	12.928,50 €
FGC - Rede Ferroviária	IP	- €	- €	1.971,00 €	31,50 €	- €	- €	- €	1.971,00 €	31,50 €	- €
FGC - Rede de Transporte de Gás	Lusitânia Gás	- €	- €	- €	1.611,00 €	- €	- €	- €	- €	1.611,00 €	- €
FGC - Rede eléctrica (Média Tensão)	EDP	7.924,50 €	2.844,00 €	6.844,50 €	2.061,00 €	- €	7.924,50 €	2.844,00 €	6.844,50 €	2.061,00 €	- €
Pontos de Água	Município de Óbidos	144,00 €	22,50 €	103,50 €	- €	- €	144,00 €	22,50 €	103,50 €	- €	- €
FGC - Rede eléctrica (Alta Tensão)	EDP	- €	9,75 €	1.854,00 €	2.164,50 €	4.005,00 €	- €	9,75 €	1.854,00 €	2.164,50 €	4.005,00 €
		164.572,90 €	121.986,75 €	197.479,24 €	81.702,00 €	91.764,00 €	164.572,90 €	121.986,75 €	197.479,24 €	81.702,00 €	91.764,00 €

Esta estimativa orçamental é apenas indicativa, pois baseia-se numa média do valores médios, com base nos custos normalmente associados a cada tipo de intervenção (mecânica e moto-manual).

3.2. 2.º Eixo Estratégico – Redução da Incidência dos Incêndios Florestais

Tendo como objetivo a redução do risco de incêndio tanto do número de ocorrências como a propagação, pretende-se incidir os esforços na prevenção e na dissuasão de comportamentos de risco através da aplicação e cumprimento da lei.

3.2.1. SENSIBILIZAÇÃO

A sensibilização far-se-á através da realização de uma série de ações e atividades, junto das populações locais, para um período de dez anos (Janeiro de 2018 a Dezembro de 2027). Estas ações e atividades têm por objetivo alertar as populações para o perigo dos incêndios, bem como a importância do papel da floresta para a comunidade e vida humana. As ações de sensibilização vão incidir fortemente na população mais jovem do Concelho, que servirá de elo de ligação à população mais velha, alguns deles trabalhadores rurais, utilizadores do fogo para eliminar os resíduos agrícolas e florestais que anualmente se produzem nas nossas florestas.

Neste projeto serão envolvidas para além da Câmara Municipal de Óbidos, entidade responsável pela execução do plano, as respetivas juntas de Freguesia do Concelho, todas as instituições pertencentes à rede escolar do concelho, como toda comunidade envolvente, incluindo os meios de comunicação local, que deverão ter um papel bastante ativo na divulgação destas ações e dos seus objetivos.

O local das ações e atividades de sensibilização que pretendem realizar-se, irá ser definido com base no público-alvo a atingir, sendo localizado nos estabelecimentos escolares para população mais jovem, e nas Juntas de Freguesias para a restante população.

As ações envolverão toda a comunidade escolar das escolas do Agrupamento Escolar do Concelho de Óbidos, Jardins-de-infância e a E.S. Josefa de Óbidos.

Será desenvolvida uma série de sessões e atividades, envolvendo os alunos diretamente com a natureza, através de atividades como: passeios a áreas de interesse (visitas guiadas, passeios pedestres, entre outros), elaboração de exposições temáticas e itinerantes pelos alunos, sendo expostas em locais estratégicos, trabalhos temáticos, atividades durante alguns dias comemorativos como o Dia Mundial da Floresta (ou Dia da Árvore) e o Dia Mundial da Água.

Além das escolas existentes no concelho de Óbidos, existem ainda os espaços de Atividades de Tempos Livres. Está já planeado um Projeto de Prevenção e Sensibilização da Floresta – “A Floresta é nossa Amiga”, que irá decorrer junto da população mais jovem do concelho, com idades compreendidas entre os 3 e 10 anos de idade.

Os objetivos gerais deste plano passam por:

- Sensibilização para a importância da floresta
- Desenvolver a capacidade de intervenção
- Fomentar as necessidades de preservação do património (limpeza de áreas florestais)
- Fomentar a educação para a cidadania (o dever do cidadão de informar os bombeiros/proteção civil do concelho)

As ações a desenvolver com a população adulta terão um objetivo mais específico e complexo. Serão ações de sensibilização relacionadas com os perigos do uso indevido do fogo, de alternativas ao uso do fogo, da legislação atualmente em vigor, como ainda divulgação dos tipos de ações que se desenvolvem no âmbito da prevenção e proteção da floresta ao fogo por parte da Câmara Municipal (Ações coordenadas pela Proteção Civil Municipal e os Bombeiros Voluntários de Óbidos).

Está prevista a realização de uma sessão de sensibilização em cada Junta de Freguesia do Concelho. Além destas sessões, serão elaborados, ao longo do ano, diversos folhetos e brochuras que serão distribuídos pelo Município de Óbidos às populações locais, através de correspondência e utilizando as Juntas de Freguesia.

Estimando-se a elaboração de quatro folhetos e de duas brochuras por ano, abordando diversos temas, entre os quais:

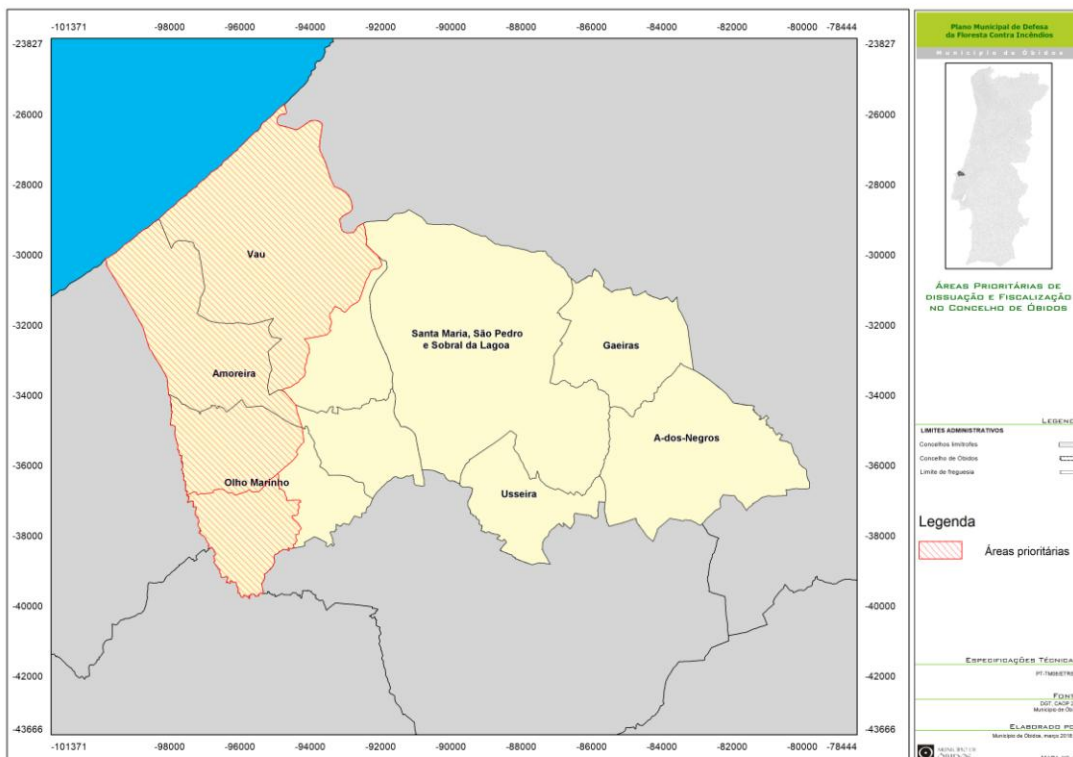
- *Fogo*: Comportamento do fogo (baseado no tipo de coberto florestal existente), agentes envolvidos, divulgação das áreas de maior risco, consequências do fogo para a fauna, flora, solo e para os habitantes locais;
- *Formas de prevenção da floresta*: divulgação do correto ordenamento (compartimentação do espaço florestal, importância da existência de infraestruturas nos espaços florestais [rede viária, rede divisional e pontos de água]; importância da limpeza da floresta [tipos de limpeza, cuidados]);
- *Uso-Múltiplo da Floresta*: divulgar alternativas de utilização dos espaços florestais;
- *Vigilância e Detecção*: Divulgação de números das entidades competentes de apoio e combate a incêndios;

3.2.2. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será, a par com a sensibilização, um polo de grande importância na tentativa de diminuição do número de ocorrências. Assim, com especial incidência nas horas de maior número de ignições, será promovida a necessária ação de fiscalização, no cumprimento da Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto.

No Mapa estão definidas as zonas prioritárias, com base no histórico de ocorrências.

Mapa 19 - Áreas Prioritárias de Dissuasão e Fiscalização do Concelho de Óbidos



3.2.3. REVISTA INFORMATIVA DE ÓBIDOS (RIO)

Esta revista desenvolvida pela Câmara Municipal de Óbidos é um ótimo espaço para divulgação e sensibilização dos problemas relacionados com o sector Florestal. Visto tratar-se de uma edição mensal, passará a existir um espaço dedicado inteiramente à floresta/ambiente: fogos florestais, promoção dos produtos da floresta, uso-múltiplo da floresta, conservação de espaços de interesse público, legislação, entre outros assuntos.

3.2.4. VOLUNTARIADO JOVEM

Está previsto neste projeto apostar no voluntariado jovem, de forma a sensibilizar os jovens para a questão da floresta, este recurso como um elemento essencial no equilíbrio ecológico. O principal objetivo passa pela integração dos jovens neste tipo de atividades lúdicas e temáticas, fazendo com que seja possível passar uma mensagem forte de prevenção e proteção das florestas. Para uma participação mais ativa e eficaz destes jovens, ser-lhes-á dada formação de forma a aumentar o seu envolvimento nas ações a desenvolver.

Tabela 82 - Orçamentos e ações para o decénio 2018-2027

AÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	- Ações de Sensibilização em 13 Jardins-de-infância e 3 Escolas do 1º Ciclo - 7 Ações em Juntas de Freguesia - 24 Publicações na Revista Informativa de Óbidos (RIO)	53.251,84 €
SILVICULTURA PREVENTIVA	- Limpeza de Faixas de Gestão de Combustíveis (930,44 ha X 2 j/ha X 60 €)	111.652,80 €
MANUTENÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURAS	- Reparação da rede viária - Manutenção dos depósitos e pontos de águas naturais (990,62 ha X 5 h/ha X 40 €)	198.124,00 €
VIGILÂNCIA FIXA E DETEÇÃO	- câmara de 360º ligada ao CDOS – Leiria	0,00 €
VOLUNTARIADO JOVEM	- Colaboração com o Agrupamento de Escuteiros de Óbidos no Patrulhamento	8.159,76 €
	Total (s/ I.V.A.)	371.188,40 €
	TOTAL (c/ I.V.A.)	456.561,73 €

3.3. 3.º Eixo Estratégico – Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios

3.3.1. VIGILÂNCIA E DETEÇÃO

A entidade responsável pela ação de vigilância e deteção é a GNR cuja área de intervenção se estende pela totalidade do Concelho.

Mais uma vez, não contaremos com a equipa de sapadores florestais (SF 06-16B), pelo que não realizará, ações de silvicultura preventiva, ações de sensibilização, vigilância móvel, deteção e primeira intervenção no sector territorial (S101202) – Cesaredas-Óbidos.

Como forma de otimizar as contribuições dos diversos agentes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, propõe-se a integração das diferentes entidades com responsabilidades nesta vertente, sobretudo em relação às ações de vigilância e deteção, assim como de primeira intervenção.

Os agentes presentes no concelho de Óbidos responsáveis pela defesa da floresta são a corporação de Bombeiros Voluntários de Óbidos, a GNR e o Serviço Municipal de Proteção Civil. Todos estes elementos têm as suas infra-estruturas sedeadas na Vila de Óbidos.

Além destes destaca-se o papel do agrupamento de escuteiros de Óbidos que desenvolvem ações de vigilância em áreas de maior risco, durante os meses de Verão.

Realça-se ainda o papel de algumas entidades privadas, nomeadamente a Celbi - Grupo Stora-Enso, localizada na quinta do Furadouro – Olho Marinho e a APAS Floresta - Associação de Produtores Florestais, sedeadada no Cadaval, que demonstraram disponibilidade de material, equipamento e meios humanos.

Relativamente aos postos de vigia adjacentes ao Concelho de Óbidos, foram identificados três elementos:

CÓDIGO PV	LOCAL
Pv5102	Peniche (Vale Grande)
PV5101	Nazaré
PV5501	Rio Maior

Mapa 20 - Mapa da rede de Postos de Vigia e Bacias de Visibilidade

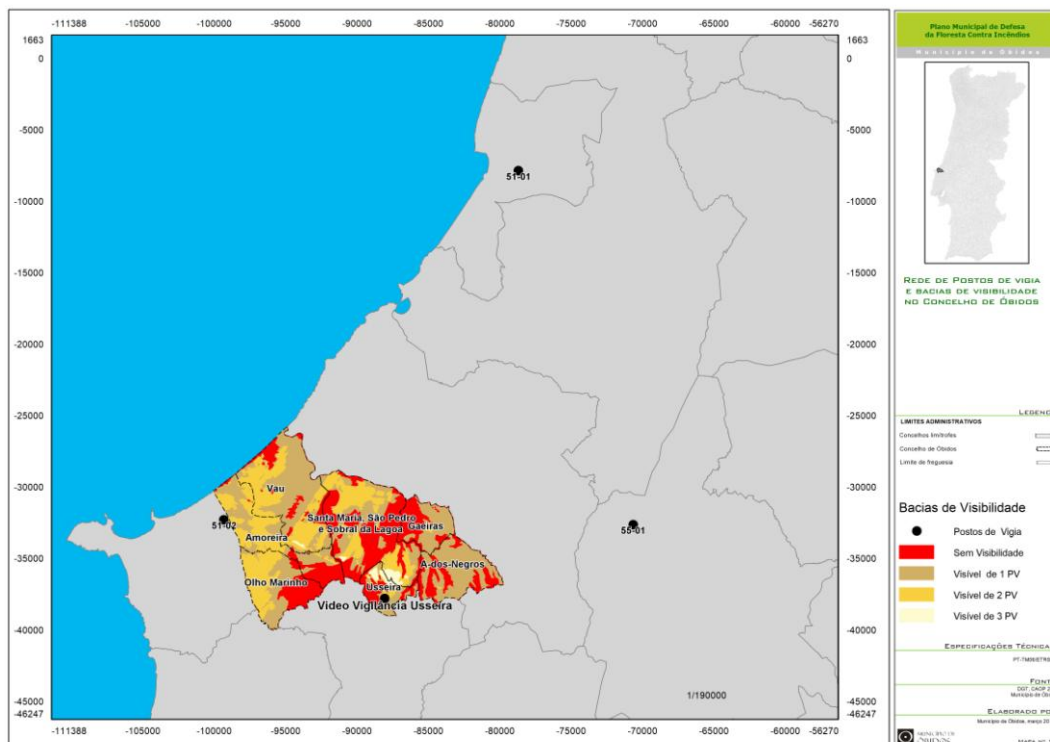


Tabela 13 – Índice entre os incêndios e as equipas de vigilância, nas diferentes fases de alerta.

Vigilância e Detecção																				
Fase	Alfa				Bravo				Charlie				Delta				Echo			
Ano	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
N.º de Equipas	2				3				6				3				2			
N.º Ocorrências	-	2	-	-	4	7	10	18	41	29	44	12	5	2	1	2	-	-	-	-
Índice	-	1	-	-	1,33	2,33	3,33	6	6,83	4,83	7,33	2	1,67	0,67	0,33	0,67	-	-	-	-

Como seria de prever, da observação da tabela 13, ressalta que na fase Charlie duplicam o número de ignições das fases imediatamente antes e depois, justificando a presença de mais meios nesta época estival.

3.3.2. 1.ª INTERVENÇÃO, COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO

A 1ª intervenção está a cargo da corporação dos Bombeiros Voluntários de Óbidos cuja área de intervenção abrange todo o território municipal.

De acordo com o legalmente estipulado, as operações de combate aos incêndios florestais são asseguradas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, bem como as respetivas operações de rescaldo e de vigilância pós-incêndio necessárias para garantia das perfeitas condições de extinção.

Considerando que o objectivo da primeira intervenção é que esta seja realizada em menos de 20 minutos, a quase totalidade do Concelho encontra-se geograficamente, abaixo desse valor. Esta situação é de grande importância e pesou na definição da localização geográfica do quartel dos Bombeiros Voluntários de Óbidos.

Destaca-se igualmente a instalação de uma câmara de 360º nos depósitos de água da Usseira (um dos pontos de maior altitude do Concelho), controlada pelo C.D.O.S – Leiria e que emite informação em tempo real.

Mapa 21 - Mapa das Isócronas do Concelho de Óbidos

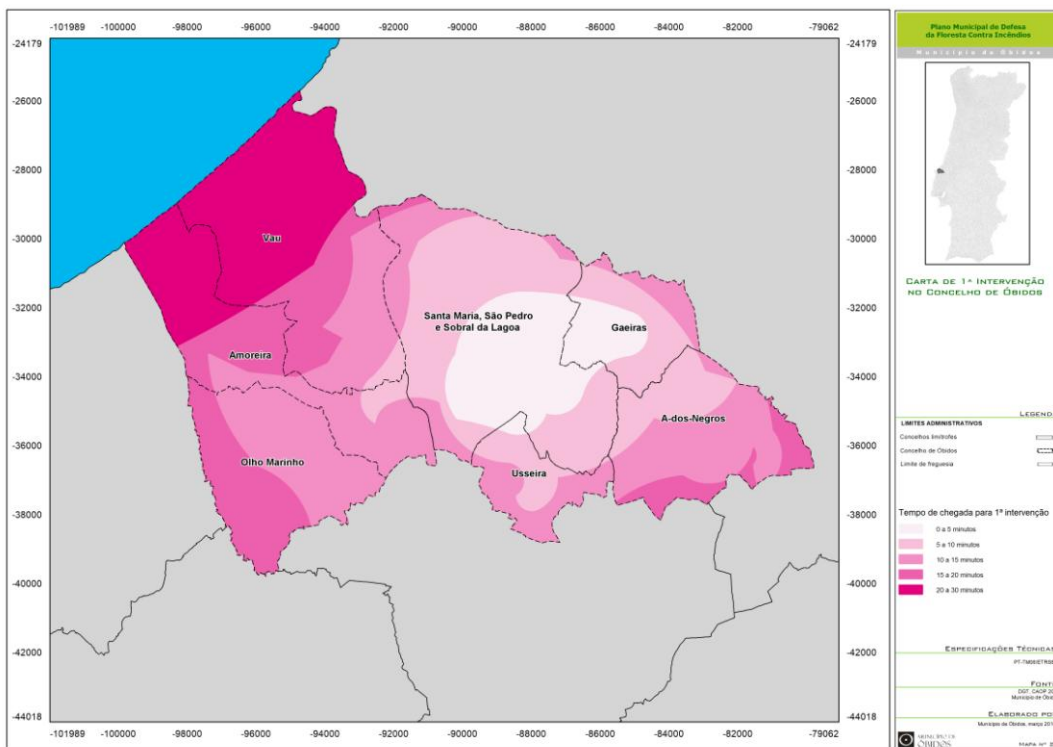


Tabela 14 – Índice entre os incêndios, as equipas de primeira intervenção e o número de elementos, nas diferentes fases de alerta.

Primeira Intervenção																				
Fase	Alfa				Bravo				Charlie				Delta				Echo			
Ano	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
N.º de Equipas	1				2				4				2				1			
N.º de Elementos	5				10				20				10				5			
N.º Ocorrências	-	2	-	-	4	7	10	18	41	29	44	12	5	2	1	2	-	-	-	-
Índice/Equipa	-	2	-	-	0,4	3,5	5	9	10,3	7,25	11	3	2,5	1	0,5	1	-	-	-	-
Índice/Elemento	-	0,4	-	-	0,4	0,7	1	1,8	10,3	7,25	11	3	2,5	1	0,5	1	-	-	-	-

Tabela 15 – Número de reacendimentos (2002-2017).

Ano	N.º de Reacendimentos	N.º de Ocorrências	% de Reacendimentos
2002	0	41	0
2003	0	32	0
2004	0	48	0
2005	0	82	0
2006	0	19	0
2007	0	30	0
2008	0	26	0
2009	0	19	0
2010	0	25	0
2011	0	39	0
2012	6	42	14,3
2013	0	16	0
2014	2	5	40,0
2015	0	41	0
2016	0	55	0
2017	0	31	0

De 2002 a 2017 apenas estão registados 8 reacendimentos, num total de 551 ocorrências, cerca de 1.5%, o que demonstra o grande cuidado, por parte dos corpos de bombeiros e demais agentes envolvidos na extinção, por forma a anular a possibilidade de reacendimentos. O facto de se nos apresentarem 2 reacendimentos, em apenas 5 incêndios (2012) poderá indicar um erro de registo no número de incêndios.

3.3.3. MEIOS E RECURSOS

O dispositivo DFCl tem como objetivo a mobilização preventiva de meios, atendendo à disponibilidade de recursos, de forma a garantir a deteção e extinção dos incêndios, antes que estes tomem grandes proporções.

A listagem apresentada reúne o inventário realizado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, no que concerne aos equipamentos utilizáveis, em caso de necessidade e na área do Município.

O dispositivo DFCl tem como objetivo a mobilização preventiva de meios, atendendo à disponibilidade de recursos, de forma a garantir a deteção e extinção dos incêndios, antes que estes tomem grandes proporções.

O seguinte quadro identifica as entidades envolvidas em cada ação, mencionando o número e o tipo de viaturas e equipamentos de que dispõem. No Concelho de Óbidos, as ações de vigilância, 1ª intervenção e vigilância pós-incêndio, são da responsabilidade da GNR e da corporação dos Bombeiros Voluntários de Óbidos, sendo o combate e o rescaldo, responsabilidade da corporação dos Bombeiros Voluntários de Óbidos.

Os elementos que constam da tabela 16 correspondem aos dados fornecidos pelos Bombeiros Voluntários de Óbidos e pela GNR-Óbidos, para a reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Óbidos, sendo dados previstos e que portanto, anualmente estão sujeitos a alteração.

Tabela 9 - Entidades envolvidas em cada ação e inventário de viaturas e equipamentos

Acção	Entidade	Identificação da equipa	Recursos humanos (n.º)	Área de atuação (sectores territoriais)	Tipo de viatura		Equipamento de supressão hidráulico			Ferramentas de saporador por equipa		
					4x4	4x2	Capacidade de água (l)	Potência (Hp)	Comprimento total de mangueiras (m)	Foição / Moto-serra	Ancinho / Enxada / Pá	Abafador
Vigilância, 1.ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	GNR	Óbidos	7 (+4 SEPNA)	Concelho	X	X	-	-	-	-	-	-
	BVO	VLCI 01	10 (24/24) + 5 (8/17)	Concelho	X	-	600					
		VLCI 04			X	-	600					
		VRCI 02			X	-	2000	20	500	1	5	3
		VRCI 03					2800	16	300	1	5	3
		VFCI 05					2500					
		VTTU 01					10000	5.5	80	-	-	-
		VTTU 02					9000	5.5	80	-	-	-
		VETA 01				X	600					

3.3.3.1 Meios Complementares de Apoio ao Combate

A seguinte listagem reúne o inventário realizado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, no que concerne aos equipamentos utilizáveis, em caso de necessidade na área do Município.

Tabela 10 - Descrição da maquinaria

DESCRIÇÃO DA MAQUINARIA PESADA	QUANT.	NOME DO PROPRIETÁRIO	CONTACTO	LOCALIDADE
PÁ CARREGADORA DE RODAS	4	Faustino Duque	262 969 257	Vau
PÁ CARREGADORA DE LAGARTAS	2	Faustino Duque	262 969 257 939 430 728	Vau
	1	SMPC	937 755 590	CMO
RETRO-ESCAVADORAS	4	Faustino Duque	262 969 257 939 430 728	Vau
	3	SMPC	937 755 590	CMO
CAMIÕES E ATRELADOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE E DE TERRA E PEDRA	8	Faustino Duque	262 969 257 939 430 728	Vau
	2	SMPC	937 755 590	CMO
GIRATÓRIAS DE LAGARTAS	1	SMPC	939 430 728 937 755 590	CMO
ATRELADOS (ÁGUA)	1	SMPC	939 430 728 937 755 590	CMO

3.3.4. SETORES TERRITORIAIS DE DFCI

Dada a posição central da principal infra-estrutura equipamento de apoio ao combate (Quartel dos Bombeiros Voluntários de Óbidos), a existência e uma eficaz cobertura da rede de postos de vigia (sobretudo nas zonas de maior risco de incêndio) e a inexistência de uma posição de panorâmica ampla, junto aos locais de maior probabilidade de deflagração, mantemos o entendimento de que não se revela importante a criação de LEE no Concelho de Óbidos.

Um estudo baseado no cálculo de isócronas vem demonstrar que a centralidade do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Óbidos facilita a rápida deslocação de meios a toda a área do Concelho.

3.3.5. METAS E INDICADORES

Tabela 18 - Metas e indicadores

AÇÃO	METAS	Responsável	Indicadores
			2018-2027
Vigilância e Detecção	<ul style="list-style-type: none"> - Assumir a responsabilidade de coordenação de ações de vigilância, detecção e fiscalização - Melhorar o desempenho das brigadas de vigilância. 	CMDFCI	Assegurar a vigilância (com especial incidência nas áreas prioritárias definidas no mapa 14)
Primeira Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de meios complementares de apoio ao combate - Levantamento de meios municipais de apoio. 	CMDFCI	Capacidade de intervenção em menos de 20 minutos

3.3.6. ORÇAMENTOS E RESPONSÁVEIS

Tabela 19 - Orçamentos e Responsáveis

AÇÃO	METAS	ANO	ORÇAMENTO
Vigilância, Detecção, Primeira intervenção, Combate e Rescaldo e Vigilância pós- incêndio	Coordenação do GTF em articulação com as diferentes entidades	2018	5.200,00 €
		2019	5.780,00 €
		2020	6.420,00 €
		2021	7.130,00 €
		2022	7.930,00 €
		2023	8.810,00 €
		2024	9.790,00 €
		2025	10.875,00 €
		2026	12.085,00 €
		2027	13.430,00 €
	Total (s/ I.V.A.)		87.450,00 €
	TOTAL (c/ I.V.A.)		113.571,42 €

3.4. 4.º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar ecossistemas

O 4.º eixo estratégico tem como objetivo a recuperação e a reabilitação dos ecossistemas que sofreram impactos cuja causa principal tenham sido os incêndios. Este eixo compreende ainda a implementação de medidas para a recuperação a médio e longo prazo destes ecossistemas.

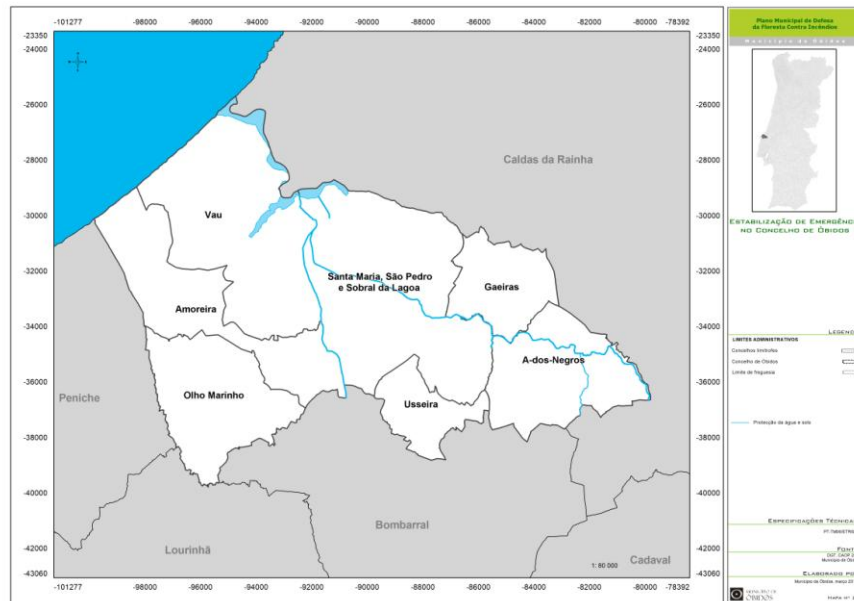
Sendo que as ações de recuperação de áreas ardidas são da responsabilidade do proprietário florestal, o Município de Óbidos, através do Gabinete Técnico Florestal, fomentará a sensibilização e aconselhamento destes, disponibilizando todo o apoio técnico e acompanhamento que lhe for solicitado.

Tendo em conta as necessidades de intervenção, nomeadamente no que respeita à conservação do solo e da água, conservação de espécies e habitats, remoção de arvoredo que apresente risco para a segurança de pessoas e bens, proteção fitossanitária, proteção da regeneração autóctone, controlo de espécies invasoras e a proteção ao património edificado, serão as intervenções de recuperação de áreas ardidas ajustadas à especificidade da área do Município, sendo que serão redefinidos os objetivos para cada caso, direcionando as recuperações no sentido dos ecossistemas naturais existentes no Concelho, aumentando a resiliência e sempre considerando a perspetiva da redução do risco de incêndio.

Estabilização de emergência

Correspondem, as superfícies de estabilização de emergência, às áreas percorridas por incêndios, e que constituam problemas de instabilidade ou erosão dos solos, assim como o acautelamento da rede viária e infraestruturas florestais. A rede hidrográfica é, no caso do concelho de Óbidos, e porque não existe um levantamento das reais necessidades de intervenção, a área (ao longo do traçado desta) a única onde se preveem trabalhos de consolidação (dentro do que anualmente é praticado), ao longo de toda a sua extensão.

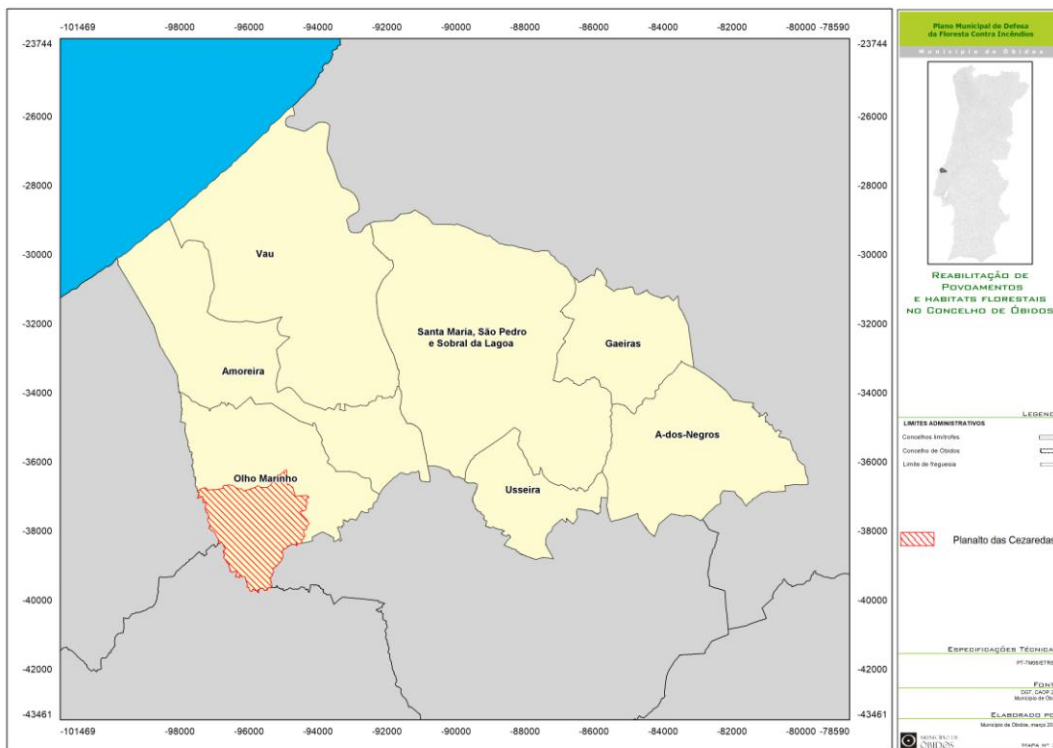
Mapa 22 - Mapa de estabilização de emergência do Concelho de Óbidos



Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais

Tratam-se de áreas que, após a passagem de incêndios, não possuem capacidade de recuperação, na perspectiva da conservação de espécies, dos habitats, da regeneração natural e do controlo das espécies invasoras. Neste âmbito, prevendo situações futuras, será de acautelar a possibilidade de recolha de árvores inviáveis ou danificadas, controlo de espécies invasoras e mesmo a protecção fitossanitária dos povoamentos. Na área geográfica do concelho de Óbidos, provavelmente o Planalto das Cezaredas, pelo seu grande interesse, património natural e etnográfico e beleza natural, merce ser incluído como passível de inclusão para reabilitação, na eventualidade de passagem de grandes incêndios.

Mapa 23 - Mapa de Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais do Concelho de Óbidos



3.5. 5.º Eixo Estratégico – Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Adopção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

As acções identificadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (sensibilização, beneficiação de infraestruturas, vigilância, etc.) serão implementadas durante os 10 anos da sua vigência. Em sede da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios serão efectuados os ajustes anuais necessários.

Necessidades de Formação

Para suprir as necessidades formativas calculadas, apresenta-se o seguinte quadro:

Tabela 11 - Necessidades de Formação/Entidade

Necessidades de Formação	Entidade	N.º de Formandos
Formação em Sig	CMO (GTF)	2
Educação Ambiental	CMO (GTF) e GNR	3
Fogo Controlado	CMO (GTF)	1

No Plano Municipal Operacional, correspondente a cada ano, serão identificados os elementos, de cada entidade, que realizarão cada uma das formações previstas.

Tabela 12 - Necessidades de Formação/Ano

Necessidades de Formação	Entidade	N.º de Formandos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Formação em Sig	CMO (GTF)	2	-	2.000,00 €	-	-	-	2.500,00 €	-	-	-	3.000,00 €
Educação Ambiental	CMO (GTF) e GNR	3	-	-	1.500,00 €	-	-	-	2.000,00 €	-	-	-
Fogo Controlado	CMO (GTF)	1	-	-	-	3.000,00 €	-	-	-	-	-	-
TOTAL			- €	2.000,00 €	1.500,00 €	3.000,00 €	- €	2.500,00 €	2.000,00 €	- €	- €	3.000,00 €

Preveem-se 4 reuniões anuais ordinárias, conforme o quadro abaixo, de forma a que a primeira seja uma **Reunião de Planeamento** com a identificação de necessidades, a apresentação de objectivos e a sua articulação entre os diferentes agentes. A Reunião de **Aprovação do POM** será realizada de com esse mesmo propósito, ate ao dia 15 de abril de cada ano. A **Reunião de Definição de Estratégias** tem como objectivo o delinear, em conjunto com todos os intervenientes no dispositivo as melhores estratégias para as fases críticas. A **Reunião de Balanço** serve para efectuar o relatório de forma a avaliar as metas propostas e o seu grau de cumprimento.

Tabela 13 - Reuniões anuais CMDFCI

Mês/ Ano/Ação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Janeiro										
Fevereiro		Reunião de Planeamento	Reunião de Planeamento	Reunião de Planeamento	Reunião de Planeamento	Reunião de Planeamento	Reunião de Planeamento	Reunião de Planeamento	Reunião de Planeamento	Reunião de Planeamento
Março	Reunião de Planeamento									
Abril	Aprovação do POM	Aprovação do POM	Aprovação do POM	Aprovação do POM	Aprovação do POM	Aprovação do POM	Aprovação do POM	Aprovação do POM	Aprovação do POM	Aprovação do POM
Maio										
Junho	Reuni. Definição de Estratégias	Reuni. Definição de Estratégias	Reuni. Definição de Estratégias	Reuni. Definição de Estratégias	Reuni. Definição de Estratégias	Reuni. Definição de Estratégias	Reuni. Definição de Estratégias	Reuni. Definição de Estratégias	Reuni. Definição de Estratégias	Reuni. Definição de Estratégias
Julho										
Agosto										
Setembro										
Outubro										
Novembro	Reunião de Balanço Anual	Reunião de Balanço Anual	Reunião de Balanço Anual	Reunião de Balanço Anual	Reunião de Balanço Anual	Reunião de Balanço Anual	Reunião de Balanço Anual	Reunião de Balanço Anual	Reunião de Balanço Anual	Reunião de Balanço Anual
Dezembro										

Estimativa de Orçamento para a implementação do PMDFCI

A tabela 23 reflete os diferentes valores, necessários à realização de cada uma das actividades anuais, de cada eixo estratégico do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. A não realização de uma tarefa implica a sua inclusão no ano seguinte. Também se pode inferir que será necessário, por parte da Administração Central, um acesso a apoios financeiros que permitam a execução do previsto.

Tabela 14 - Estimativa de Orçamento

Eixos Estratégico	Estimativa Orçamental (€)									
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
1.º Eixos Estratégico	164.572,90 €	121.986,75 €	197.479,24 €	81.702,00 €	91.764,00 €	164.572,90 €	121.986,75 €	197.479,24 €	81.702,00 €	91.764,00 €
2.º Eixos Estratégico	37.118,84 €	37.118,84 €	37.118,84 €	37.118,84 €	37.118,84 €	37.118,84 €	37.118,84 €	37.118,84 €	37.118,84 €	37.118,84 €
3.º Eixos Estratégico	5.200,00 €	5.780,00 €	6.420,00 €	7.130,00 €	7.930,00 €	8.810,00 €	9.790,00 €	10.875,00 €	12.085,00 €	13.430,00 €
4.º Eixos Estratégico	-	2.000,00 €	1.500,00 €	3.000,00 €	-	2.500,00 €	2.000,00 €	-	-	3.000,00 €
5.º Eixos Estratégico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (€) / Ano	206.891,74 €	166.885,59 €	242.518,08 €	128.950,84 €	136.812,84 €	213.001,74 €	170.895,59 €	245.473,08 €	130.905,84 €	145.312,84 €
TOTAL PMDFCI (€)		1.787.648,18 €								

4. CONCLUSÕES

Este documento visa demonstrar e fundamentar as reais necessidades, sobretudo no que concerne às questões prioritárias do Concelho de Óbidos tem, no que diz respeito às acções de sensibilização da população, articulação com as diferentes entidades que concorrem para a DFCI, coordenação da vigilância e criação e manutenção de todas as infraestruturas de combate (rede viária, pontos de água).

Este plano quer-se dinâmico e prevê-se a sua actualização sempre que se considere pertinente.

5. ANEXOS

- Mapa de combustíveis florestais do Concelho de Óbidos
- Mapa de perigosidade do Concelho de Óbidos
- Mapa do Risco de Incêndio Florestal do Concelho de Óbidos
- Mapa de Prioridades de Defesa do Concelho de Óbidos
- Mapa de Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis do Concelho de Óbidos
- Mapa de Rede da Rede Viária Florestal do Concelho de Óbidos
- Mapa de Rede de Pontos de Água do Concelho de Óbidos
- Mapa de Parcelas de Silvicultura no âmbito da DFCl- 2017 do Concelho de Óbidos
- Mapa de Faixas de Gestão de Combustíveis para o período de 2018-2027
- Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2018
- Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2019
- Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2020
- Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2021
- Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2022
- Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2023
- Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2024
- Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2025
- Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2026
- Rede FGC, RFV e RPA do Concelho de Óbidos para o ano de 2027
- Áreas Prioritárias de Dissuasão e Fiscalização do Concelho de Óbidos
- Mapa de rede de Postos de Vigia e Bacias de Visibilidade
- Mapa das Isócronas do Concelho de Óbidos
- Mapa da estabilização de Emergência do Concelho de Óbidos
- Mapa de Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais do Concelho de Óbidos